



POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS

CONCURSO PÚBLICO **2019**

CARGO:

**AGENTE
E
ESCRIVÃO**



CADERNO DE PROVA OBJETIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados referentes ao cargo ao qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes à prova objetiva. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo ao qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
"É o seu esforço contínuo e determinado que quebra a resistência e vence os obstáculos."
(Gabriel Granjeiro)
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.
- 3** Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento da folha de respostas.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

0(XX) 64 3448-0100
www.cespe.unb.br | sac@cebraspe.org.br



Centro Brasileiro de Pesquisa em
Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas conforme a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADC = ação declaratória de constitucionalidade; ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CNMP = Conselho Nacional do Ministério Público; CPC = Código de Processo Civil; MP = Ministério Público; MPDFT = Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; MPT = Ministério Público do Trabalho; MPU = Ministério Público da União; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto Gran-PCDF2019A

1 O golpe militar de 1964, autodenominado
Revolução Redentora, continua sendo um grande
trauma para a sociedade brasileira. Essa conclu-
são é óbvia, diante das declarações do presidente
5 Jair Bolsonaro e das “memórias” dos militares
nos quartéis. A principal razão é o fato de os pro-
tagonistas da crise que levou à destituição do
presidente João Goulart, à direita e à esquerda,
não terem feito a devida autocritica. O primeiro
10 passo para isso seria admitirem que o golpe
poderia ter sido evitado, porque legitimar suas
causas justifica as terríveis consequências de 20
anos de ditadura.

15 Sim, havia um processo de radicalização
política em curso desde o suicídio de Getúlio
Vargas, em 1954. Com o interregno do governo
de Juscelino Kubitschek, que também enfrentou
ameaças de golpe, a crise se aprofundou, depois
da surpreendente renúncia de Jânio Quadros, em
20 1961. O vice-presidente eleito, João Goulart,
representava as forças que haviam apoiado o
general Henrique Teixeira Lott e foram derrotadas
nas eleições de 1960. Jango só tomou posse
porque houve uma ampla mobilização popular,
25 liderada por seu cunhado e então governador
gaúcho, Leonel Brizola, por meio de uma cadeia
de rádios, e mediante o compromisso de gover-
nar com o Congresso, que havia adotado o parla-
mentarismo como regime de governo. Esse era o
30 ponto de equilíbrio, fragilíssimo, que havia. O
plebiscito que restabeleceu o presidencialismo,
em 1963, rompeu-o irremediavelmente. Daí em
diante, a crise somente se aprofundou.

35 O golpismo faz parte da gênese da política
brasileira, desde a Constituição de 1824, outor-
gada por D. Pedro I, depois de fechar a Assem-
bleia Constituinte de 1823 a golpes de sabre, na
Noite da Agonia. É uma decorrência do fato de
40 que a formação do Estado nacional antecedeu à
própria nação. A ideia de que o Estado pode tudo
e cabe a ele promover as grandes transformações
econômicas e sociais está sempre acompanhada
da certeza de que a sociedade é atrasada e inca-
paz. No nosso caso, remonta aos 30 anos da
45 regência do Marquês de Pombal, no século XVIII,
e se tornou uma característica permanente da
vida nacional após a chegada da família real, com
D. João VI, em 1808.

Luiz Carlos Azedo, in *Correio Braziliense*,
31/3/2019, p. 4, com adaptações.

Levando em conta aspectos linguísticos e estruturais
do **Texto Gran-PCDF2019A**, julgue os itens seguintes
de 1 a 15 como Certo (C) ou Errado (E).

- 1 Os termos “dos militares” (L. 5) e “de Jânio Quadros” (L. 19) exercem, no contexto em que se inserem, a mesma função sintática e possuem valor semântico restritivo.
- 2 A referência do pronome demonstrativo “isso” (L. 10) pode ser localizada em trecho anterior do texto, e corresponde a “não terem feito a devida autocritica”.
- 3 Considerando as relações coesivas e morfossintáticas do texto, é coerente subentender o complemento nominal “do trauma” logo após “razão” (L. 6).

- 4 A forma verbal impessoal (sem sujeito) “havia” ocorre nas linhas 14, 21, 28 e 30.
- 5 Justifica-se a flexão de terceira pessoa plural em “admitirem” (L. 10) pelo fato de que essa forma verbal apresenta sujeito indeterminado no texto.
- 6 A palavra “que” foi empregada com três diferentes classificações, respectivamente, nas linhas 10, 17 e 21, porém com a mesma classificação na linha 28 e nas duas ocorrências da linha 30.
- 7 O pronome “o” em “rompeu-o” (L. 32) refere-se a “parlamentarismo” (L. 28-29) e exerce função de complemento direto da forma verbal.
- 8 Entre as ocorrências do termo sintático conhecido como aposto, podem ser citadas no texto: Jair Bolsonaro (L. 5) e João Goulart (L. 20), mas não o trecho “no século XVIII” (L. 45).
- 9 O trecho “O primeiro passo para isso seria admitirem que o golpe poderia ter sido evitado” (L. 9-11) pode ser reescrito, mantendo-se as relações coesivas e a correção gramatical, da seguinte forma: **Para isso, o passo inicial seria a admissão de que se poderia ter evitado o golpe.**
- 10 A locução verbal “havam apoiado” (L. 21) indica que o apoio recebido por Teixeira Lott se deu antes da derrota desse general. Tal anterioridade justifica o emprego do mais-que-perfeito composto “havam apoiado”.
- 11 O emprego dos participípios “evitado” (L. 11), “derrotadas” (L. 22), “liderada” (L. 25), “outorgada” (L. 35-36) e “acompanhada” (L. 42) caracteriza, contextualmente, voz passiva verbal.
- 12 A reescrita de “a crise somente se aprofundou” (L. 33) como **a crise só foi aprofundada** traria prejuízo à correção gramatical e à coerência textual.
- 13 A referência do pronome demonstrativo “esse” (L. 29) é coerentemente localizada na ideia de adoção do parlamentarismo, expressa na linha precedente do texto.
- 14 Pode-se reescrever o trecho “O vice-presidente eleito, João Goulart, representava as forças que haviam apoiado o general Henrique Teixeira Lott e foram derrotadas nas eleições de 1960” (L. 20-23), sem incorrer em transgressão gramatical, da seguinte maneira: **Derrotadas nas eleições de 1960, as forças pelas quais fora apoiado o general Henrique Teixeira Lott estavam representadas pelo vice-presidente João Goulart.**

- 15 Na linha 6, a grafia **dos**, em lugar de “de os”, faria surgir um errôneo sujeito preposicionado.

REDAÇÃO OFICIAL

Considerando a 3ª edição do **Manual de Redação da Presidência da República de 2018** (MRPR), julgue os itens seguintes.

- 16 O MRPR estabelece um padrão oficial de linguagem, o qual indica que os textos oficiais devem ser redigidos de maneira formal e impessoal.
- 17 Como vocativo das comunicações destinadas a delegados de polícia, recomenda-se evitar o título acadêmico **Doutor** e usar o pronome **Senhor**.
- 18 O novo manual prevê o documento conhecido como ofício conjunto circular, que deve ser utilizado quando mais de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para um único órgão receptor.
- 19 Na nova edição do MRPR, fica extinta a distinção dos documentos do padrão ofício e passa-se a utilizar o termo ofício nos três casos.
- 20 Emprega-se o fecho *Atenciosamente* em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Um argumento constituído por uma sequência de três proposições – P1, P2 e P3, em que P1 e P2 são as premissas e P3 é a conclusão – é considerado válido se, a partir das premissas P1 e P2, assumidas como verdadeiras, obtém-se a conclusão P3, também verdadeira por consequência lógica das premissas. A respeito das formas válidas de argumentos, julgue o próximo item.

Considere a seguinte sequência de proposições

P1: Existem políticos que são psicólogos.

P2: Nenhum político é imprudente.

P3: Nenhum psicólogo é imprudente.

- 21 Nessas condições, é correto concluir que o argumento de premissas P1 e P2 e conclusão P3 é válido.

Considere as proposições P, Q e R a seguir.

P: Se Joana é analista judiciária ou procuradora de justiça, então Jane foi aprovada em concurso público.

Q: Joana foi aprovada em concurso público.

R: Joana é analista judiciária ou procuradora de justiça.

- 22 Nesse caso, se P e Q forem V, então R também será V.

Julgue o item a seguir, relativo a raciocínio lógico.

- 23 Caso a proposição simples “Servidores públicos são idosos” tenha valor lógico falso, então o valor lógico da proposição “Servidores públicos são idosos, logo eles devem repousar” será falso.
- 24 Representando por A e B as proposições “Mário tem tempo suficiente para estudar” e “Mário será aprovado nesse curso da Polícia Civil”, respectivamente, então a proposição “Mário ser aprovado nesse curso da Polícia Civil é condição necessária para que ele tenha tempo suficiente para estudar” é equivalente a $A \rightarrow B$.

Considerando a proposição P: “Se Josias se dedicar o bastante, então alcançará o que desejar”, julgue o item a seguir.

- 25 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Josias não se dedicou o bastante, mas, mesmo assim, alcançou o que desejava”

Considere a seguinte proposição: “Ninguém será considerado culpado ou condenado sem julgamento”. Julgue o item acerca dessa proposição.

- 26 A proposição “Alguém que será considerado culpado ou condenado sem julgamento” é uma proposição logicamente equivalente à negação da proposição acima.

Julgue o item a seguir acerca de contagens.

- 27 Em uma competição de tiro ao alvo, os julgamentos das provas são feitos em comissões compostas por 3 juízes de uma turma de 5 superiores. Nessa situação, a quantidade de maneiras diferentes de se constituírem essas comissões são superiores a 12.
- 28 Uma mesa circular tem 8, lugares que serão ocupados pelos 8 participantes de uma reunião. Nessa situação, o número de formas diferentes para se ocupar esses lugares com os participantes da reunião é superior a 8000.
- 29 Segundo o controle de qualidade de uma empresa vendedora de armas de fogo, a probabilidade de uma arma pistola ponto (.) 40 apresentar falha é de 0,10. Três pessoas compram uma pistola .40. A probabilidade de somente duas dessas pessoas terem comprado a arma com falha é superior a 0,03.

- 30 A probabilidade da união de dois eventos, X e Y, é conhecida, sendo igual a 80%, enquanto a probabilidade da união de seus complementares é igual a 70%. Assim, se a probabilidade de X é igual a 40%, então P (Y) é igual a 70%.

- 31 Para uma população de 10 indivíduos suspeitos de terem cometido um crime, é retirada uma amostra de 3 indivíduos, sem reposição. Assim, o número de amostras possíveis é superior a 700.

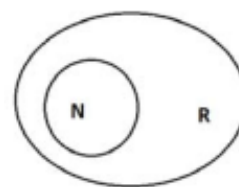
- 32 Considerando como falsa a declaração: “Se eu não comer bolo de baunilha, então não comerei de flocos, mas comerei de chocolate”, a declaração “O cliente não comeu bolo de baunilha, mas comeu bolo de chocolate” será verdadeira.

Considerando N como o conjunto dos números naturais, Z como o conjunto dos números inteiros, Q como o conjunto dos números racionais, R como o conjunto dos números reais e X^c como o complementar do conjunto X, julgue os itens acerca dos conjuntos numéricos, de suas operações, propriedades e aplicações, das operações com conjuntos e da compreensão das estruturas lógicas e dos respectivos diagramas.

- 33 O valor do item acerca dos conjuntos numérico $(\pi \in R) \wedge (\sqrt{3} \in Q)$ é V.

- 34 $(N^c \cap N^c) = (R - Z)$.

- 35 É correto afirmar que o diagrama abaixo representa corretamente a afirmação: “Se não é um número real, então não é um número natural”.



INFORMÁTICA

Sobre conceitos de segurança da informação, julgue os itens 36 a 38.

- 36 De acordo com a cartilha de segurança do CERT. BR, a política de segurança define os direitos e as responsabilidades de cada um em relação à segurança dos recursos computacionais que utiliza e às penalidades as quais está sujeito, caso não a cumpra. É considerada como um importante mecanismo de segurança, tanto para as instituições como para os usuários, pois com ela é possível deixar claro o comportamento esperado de cada um. Desta forma, casos de mau comportamento que estejam previstos na política podem ser tratados de forma adequada pelas partes envolvidas.

37 A verificação ou autenticação em duas etapas (*two-factor authentication*, também chamada de aprovação de login, verificação ou autenticação em dois fatores ou, ainda, verificação ou autenticação em dois passos) adiciona uma segunda camada de proteção no acesso a uma conta, dificultando que ela seja indevidamente acessada, mesmo com o conhecimento da senha. É um recurso obrigatório, nas políticas de segurança, oferecido por diversos serviços de Internet, como Webmail, redes sociais, Internet Banking e de armazenamento em nuvem.

38 Suponha que se deseje implantar o esquema de acesso ao sistema da PCDF utilizando a autenticação baseada em dois fatores diferentes. Para tanto, os possíveis fatores são: PIN e frase de segurança.

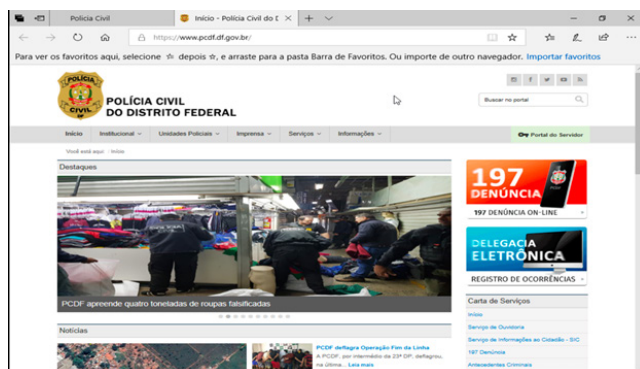
Sobre conceitos relacionados a Internet, Intranet, Extranet e Navegadores, julgue os itens 39 a 43.

39 Apesar do modelo OSI e toda sua nomenclatura serem as referências para as redes, a arquitetura TCP/IP é a que foi realmente implementada e está em uso até os dias de hoje tanto nas redes internas (Intranets) como na Internet. O modelo OSI contempla 4 camadas, enquanto o modelo TCP/IP contempla 7 camadas.

40 A Intranet é uma rede de computadores que disponibiliza um conjunto de serviços análogo à Internet, também baseada na pilha de protocolos TCP/IP. Porém, a Intranet é restrita a uma instituição.

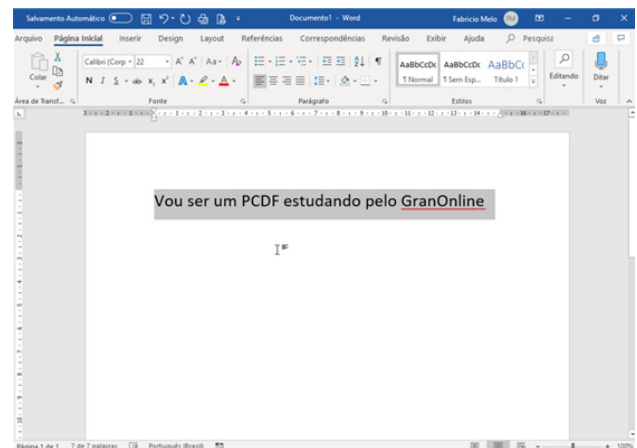
41 Os cookies são programas, enviados pelo site ao navegador, na primeira vez que um internauta o visita. Em seu próximo acesso, o navegador reenvia os dados ao site para que suas informações sejam configuradas de forma automática.

42 O navegador que é apresentado na janela abaixo, MS-EDGE, irá substituir o I.E e está repleto de novos recursos. Um dos mais comentados é o Adicionar Anotações, que permite fazer anotações, escrever, rabiscar e realçar diretamente em páginas da Web.



43 Uma VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) é um túnel seguro entre dois ou mais dispositivos. As VPNs são usadas para proteger o tráfego web privado da espionagem, interferência e censura.

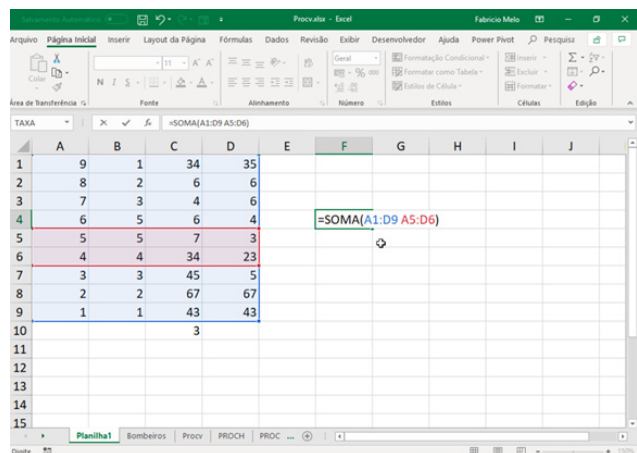
De acordo com a figura abaixo e os conhecimentos relacionados ao MS-WORD 2019/365, julgue os itens 44 e 45.



44 Na frase selecionada, GranOnline foi sublinhado em vermelho por ser um termo com erro ortográfico ou termo desconhecido. Para adicionar o termo GranOnline ao dicionário do Word, para não mais sublinhá-lo, é possível por meio da ferramenta Verificar Documento, encontrada na Guia Revisão, Grupo Revisão de Texto.

45 Os cabeçalhos e os rodapés são áreas nas margens superior e inferior de cada página em um documento. Você pode adicionar, editar ou excluir cabeçalhos e rodapés. Para inserir um cabeçalho no documento, é possível por meio da Guia Exibir, Grupo Cabeçalho e Rodapé, botão Cabeçalho.

De acordo com a figura abaixo e os conhecimentos relacionados ao MS-EXCEL 2019/365, julgue o item a seguir.



- 46 A fórmula digitada na célula F4 irá gerar o resultado 85.

De acordo com a figura a seguir e os conhecimentos relacionados ao MS-EXCEL 2019/365, julgue o item:

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	9	1	34	35						
2	8	2	6	6						
3	7	3	4	6						
4	6	5	6	4		85				
5	5	5	7	3						
6	4	4	34	23						
7	3	3	45	5						
8	2	2	67	67						
9	1	1	43	43						
10			3							
11										
12										
13										
14										
15										

- 47 Na célula G1, ao digitar a fórmula: =PCDF+3, o resultado de G1 será um erro de valor, #NOME!.

Sobre o Sistema Operacional Linux, julgue o próximo item.

- 48 Os arquivos e diretórios no sistema operacional Linux possuem atributos descritos conforme estrutura apresentada a seguir:

-	rwX	rwX	rwX
1	2	3	4

Nessa estrutura, os atributos de números 2 e 4 correspondem, respectivamente ao PROPRIETÁRIO (USER) e aos OUTROS (OTHERS).

Sobre o Sistema Operacional Windows 10, julgue o item.

- 49 Caracteres como \ / : * ? " < > | não podem ser utilizados nos nomes no Windows 10.

Sobre conceitos de Nuvem Computacional, julgue o item.

- 50 Análise de dados ou business intelligence são cenários comuns a PAAS (plataforma como serviço na nuvem).

LODF

Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue o item a seguir:

- 51 Marcos, condenado em segunda instância por improbidade administrativa, pode ser nomeado para ocupar cargo de provimento comissionado no Distrito Federal.

- 52 Aplica-se aos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, no que couber, a lei que trata de direitos e garantias dos servidores públicos civis do Distrito Federal.

RIDE

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (CO-ARIDE) é o Conselho Administrativo da RIDE, criado pela Lei Complementar n. 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto n. 7469, de 04 de maio de 2011, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. A respeito do COARIDE, julgue os itens a seguir.

- 53 Segundo a composição do COARIDE, o ministro do Desenvolvimento Social será o presidente do Conselho.
- 54 As Atividades de Secretaria-Executiva do COARIDE são exercidas pela Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos da SUDECO.
- 55 Compete ao COARIDE coordenar as ações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução de suas desigualdades regionais.

Em 1892, o Congresso aprovou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, formada pelo engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e outros 21 membros, entre cientistas, técnicos e militares. Segundo um dos participantes, Floriano Peixoto lhes garantiu mudar a capital ainda em seu mandato (1891-1894), nem que tivesse de instalar o governo em barracas de campanha.

Essa 1ª Missão Cruls partiu do Rio de Janeiro em junho de 1892, repetindo exatamente o roteiro de Varnhagen, por ferrovia até Uberaba, no Triângulo Mineiro, ponto final dos trilhos da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. Dali, seguiu a cavalo — com quase 10 toneladas de bagagens e equipamentos, em 200 baús de madeira — até Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia) e Formosa.

Após monumental coleta de informações, medições, levantamentos etc., ali lançou quatro marcos definindo uma área entre as três cidades — o retângulo Cruls, de 160 por 90 km — abrangendo nascentes das bacias dos maiores rios brasileiros.

<http://doc.brazilia.jor.br>

A respeito dos condicionantes físicos do Distrito Federal, julgue os itens abaixo.

- 56** A área geográfica do atual DF contempla, do ponto de vista hidrográfico, um tripartite divisor: o rio Maranhão, que se dirige para a bacia Tocantins-Araguaia; São Bartolomeu, direcionado para o São Francisco; e Preto, que corre para o Amazonas.
- 57** O lago Paranoá foi idealizado no projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa. Foi criado para umedecer uma boa parte da cidade e fornecer abastecimento hídrico para Brasília.

- 58** O ponto mais alto do Distrito Federal é o Pico do Roncador, com 1.341 metros, localizado na Serra do Sobradinho, em Brazlândia.

De acordo com a configuração atual da RIDE/DF, julgue os itens abaixo:

- 59** Mimoso de Goiás e Água Fria de Goiás são municípios pertencentes à RIDE.
- 60** Em 2018, doze novos municípios foram inseridos na RIDE.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Acerca da segurança pública e das funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

- 61** É válido dispositivo de Constituição Estadual que atribua foro especial a defensores públicos e a delegados de polícia.
- 62** Compete à Polícia Federal as atribuições de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- 63** A partir da EC n. 80/2014, os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional passaram a ser aplicáveis ao Ministério Público, à Advocacia Pública e à Defensoria Pública.

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos, bem assim a interpretação jurisprudencial, julgue os itens a seguir.

- 64** Embora não possa ser extraditado, brasileiro nato que pratique crime fora do país será submetido a julgamento perante a justiça brasileira, com competência dos juízes federais.
- 65** O *habeas corpus* não é cabível quando a concessão da ordem depender de dilação probatória.

Julgue os itens que se seguem a respeito da Administração Pública.

- 66** Servidor que ocupe exclusivamente cargo em comissão não se sujeita a aposentadoria pelas regras do regime próprio de previdência nem se submete ao limite de idade da aposentadoria compulsória.
- 67** Ato contra a probidade administrativa sujeita o servidor à perda da função pública e dos direitos políticos.

Sobre as atribuições do Presidente da República e o Poder Legislativo, julgue os itens adiante apresentados.

- 68** A concessão de indulto, anistia e comutação é ato privativo do Presidente da República, não passível de delegação aos Ministros de Estado.
- 69** No mandato de Senador, ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Julgue o item seguinte sobre os direitos políticos.

- 70** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 71** As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas à autotutela da Administração Pública direta.
- 72** O agente público que, atentando contra os princípios da Administração Pública, for condenado em ação de improbidade por ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício estará sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos pelo período de três a cinco anos.

- 73** Os requisitos fundamentais do ato administrativo, de acordo com a doutrina majoritária, são a forma, o objeto, a capacidade, o motivo e a finalidade.
- 74** Caso um ato administrativo seja considerado ilegal, impõe-se a sua extinção, por meio da anulação, que poderá ser praticada de ofício pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, quando devidamente provocado.
- 75** O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se poder de polícia.
- 76** A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo é subjetiva, cabendo ao particular, que foi a vítima, comprovar a culpa ou o dolo na conduta do Estado.
- 77** Pela teoria do risco integral, adotada em situações específicas, o Estado fica obrigado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.
- 78** Havendo compatibilidade de horários, para um ocupante de cargo efetivo que esteja em atividade será permitida a acumulação remunerada com outro cargo de natureza eletiva.
- 79** A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo de competência exclusiva do Congresso Nacional.
- 80** A modalidade convite é utilizada entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, cujo instrumento convocatório será fixado em local apropriado, para que se possibilite a participação de interessados não convidados.

DIREITO PENAL (GERAL)

De acordo com as disposições do Código Penal, do entendimento doutrinário dominante e do entendimento jurisprudencial, julgue as assertivas.

- 81** No crime de autoaborto ou aborto consentido pela gestante (art. 124, CP), admite-se o concurso de agentes.
- 82** Quando o agente, depois de iniciar a execução de um delito, desiste prosseguir por vontade pró-

pria, estaremos diante da desistência voluntária e o agente responderá somente pelos atos já praticados, ou seja, pela tentativa do delito.

- 83** Em relação à inimizabilidade, prevista no artigo 26 do Código Penal, foi adotado o critério biológico.
- 84** A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que a lei posterior seja mais benéfica.
- 85** Caso um dos agentes queira praticar somente o crime menos grave, responderá por este. Será responsabilizado no crime mais grave, caso tenha sido previsto o resultado agravador e o agente aceite esse resultado.
- 86** Prevalece que, em relação à participação, foi adotada a teoria da acessoriedade limitada, ou seja, a punição da participação pressupõe a prática de fato típico, ilícito e culpável.
- 87** Em relação à embriaguez preordenada, foi adotada a teoria da *actio libera in causa*.
- 88** O erro de proibição inescusável é uma dirimente.

DIREITO PENAL (ESPECIAL)

Texto referente às questões 89 a 91.

Junior Pereira, maior imputável, com arma em punho e mediante grave ameaça, restringiu a liberdade de Camila Cardoso e determinou que ela lhe entregasse seu cartão de crédito com a senha, o que foi prontamente obedecido. Todavia, após restringir a liberdade da vítima, Junior Pereira efetuou um disparo contra a cabeça dela, vindo a matar Camila Cardoso. A investigação realizada pela Polícia Civil logrou êxito em prender o criminoso.

Com base nessa situação, julgue cada item:

- 89** Junior Pereira praticou o crime de roubo com resultado morte, também conhecido como latrocínio.
- 90** O crime praticado por Junior Pereira é considerado hediondo, de acordo com a Lei n. 8.072/1990.
- 91** Suponha que Junior Pereira também tivesse subtraído o veículo automotor da vítima e o tivesse vendido a Lucas Silva, dono de uma mecânica, que sabe se tratar de produto de crime. Em relação a Junior, essa situação caracteriza mero exaurimento do crime anteriormente praticado. Por outro lado, Lucas Silva praticou o delito de receptação qualificada.

- 92 Fernando comete o crime de roubo com uma arma de fogo desmuniada. Assim, em face da ausência de potencialidade lesiva da arma de fogo utilizada na empreitada criminosa, Fernando deve ser responsabilizado pelo roubo simples, e não por roubo circunstanciado (majorado).
- 93 Mário, indignado com seu irmão gêmeo, Mauro, desfere socos na face deste com a finalidade de gerar lesões corporais. Nesta situação, apesar de não mais residirem na mesma casa, deve Mário ser responsabilizado por lesão corporal em contexto de violência doméstica.
- 94 Pratica falsidade ideológica (art. 299, CP) o agente que insere informação falsa em currículo *Lattes* com a intenção de obter respeito e vantagem em emprego ou função.
- 95 Configura o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor a conduta de colocar fita adesiva na placa do carro.
- 96 Depositário judicial que se apropria indevidamente de bem móvel, do qual tem a posse em razão do *múnus* público exercido, pratica o crime de peculato.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Quanto ao tempo de prisão domiciliar, Lei de Execução Penal e inquérito policial, julgue os itens a seguir:

- 97 Admite-se a prisão domiciliar no CPP no caso de o agente ser maior de 70 anos.
- 98 O indiciamento é atribuição exclusiva do delegado de polícia, não sendo possível que o juiz nem o promotor de justiça o determinem. A exceção fica por conta de ordem de indiciamento proveniente de Ministro do STF, caso em que o delegado deverá cumpri-la.
- 99 Para os Tribunais de sobreposição, é cabível o desarquivamento de inquérito policial quando a sua causa determinante se tratou de excludente de ilicitude.
- 100 A participação de magistrado em julgamento de caso em que seu pai já havia atuado é causa de nulidade absoluta, prevista no art. 252, I, do CPP.
- 101 O indulto extingue os efeitos penais primários e secundários da condenação.
- 102 João confessou ser usuário de drogas em audiência de instrução de processo criminal em que se

apura tráfico ilícito de drogas por ele, em tese, praticado. Nesse caso, como a acusação é de tráfico de drogas, caso condenado, não fará jus à atenuante da confissão espontânea, já que confessou outro fato (porte de drogas para consumo pessoal).

- 103 “A”, policial militar, foi designado para atuar como agente de inteligência (à paisana, portanto) nas manifestações a respeito das eleições. Durante sua investigação, fez amizades com diversos membros, participou de grupos de WhatsApp e de diversas reuniões, possibilitando, assim, a obtenção de um maior número de informações a fim de subsidiar o projeto de segurança de governo. Ainda, identificou-se a líder do grupo que, após alguns dias, foi presa com base nesses elementos por ele angariados. Tais elementos obtidos são ilícitos, pois, para infiltração de agente policial, é necessária autorização judicial.
- 104 No caso de processo penal que tramita sob sigredo de justiça em razão da qualidade da vítima (criança ou adolescente), o nome completo do acusado e a tipificação penal podem constar entre os dados básicos do processo disponibilizados para consulta livre no site eletrônico do Tribunal, ainda que os crimes se relacionem com pornografia infantil.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

No que se refere ao regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (DF) e ao desmembramento e reorganização da carreira policial civil do DF, julgue os itens subsequentes.

- 105 Atualmente, a PCDF é composta por duas carreiras: a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (composta dos cargos de Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial, Agente de Polícia e Agente Policial de Custódia) e a Carreira de Autoridades Superiores da PCDF (composta dos cargos de Delegado de Polícia, Perito Criminal e Perito Médico-Legista).
- 106 Mediante designação do Diretor-Geral, os servidores ocupantes dos cargos de Agente Policial de Custódia passam a ter lotação e exercício nas unidades que compõem a estrutura orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal.
- 107 O ingresso na Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito e, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, com-

provados na data da inscrição no concurso.

- 108** Poderá ser autorizada a cessão do servidor da PCDF à Presidência da República para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ainda que o servidor não tenha cumprido estágio probatório.
- 109** O Decreto n. 59.310/66, que dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, estabelece hipóteses em que será permitido que a posse seja realizada mediante procuração.
- 110** É dever do servidor submetido ao Regime Jurídico Peculiar frequentar com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, cursos instituídos periodicamente pela Academia Nacional de Polícia, em que seja compulsoriamente matriculado.
- 111** É direito subjetivo do servidor permutar o serviço, o que poderá se dar mesmo sem expressa permissão da autoridade competente.
- 112** A transgressão disciplinar também prevista em lei como ilícito penal prescreverá sempre em cinco anos.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Quanto à Lei n. 7.716/1989, responda as duas questões a seguir:

- 113** Para que um fato seja considerado crime de racismo, deve, além de outras circunstâncias, referir-se a cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional. Dessa forma, se um indivíduo proibir outro de almoçar em seu restaurante pelo simples fato de ser homossexual, o fato é atípico.
- 114** Juninho, diretor de escola, ateu, proibiu que nela se matriculasse um adolescente de 17 anos de idade, em razão de ser frequentador assíduo da Igreja Católica. Nesse caso, apesar de cometer o crime de racismo, Juninho terá direito a uma causa de diminuição de pena em razão de a vítima não ser maior de 18 anos.

No que se refere à Lei de Drogas (11.343/2006), julgue os casos seguintes:

- 115** O porte de drogas para consumo pessoal não foi descriminalizado, sendo capaz de gerar reincidência.
- 116** A importação de maconha, para o STF, é fato atípico.

Sobre a Lei n. 8.072/1990, responda os itens a seguir:

- 117** Todos os crimes hediondos, constantes da Lei n. 8.072/1990, estão no Código Penal.
- 118** Todos os crimes hediondos admitem prisão temporária, ainda que não constem do rol da Lei n. 7.960/1989. Nesse caso, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade. Ressalte-se que, antes de decidir sobre a prisão temporária por representação do delegado de polícia, o juiz deverá obrigatoriamente ouvir o Ministério Público.

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética de crime de trânsito, seguida de uma assertiva a ser julgada, com base no disposto na Lei n. 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

- 119** Dirigindo seu veículo automotor, João Grandão, totalmente embriagado, atropelou um transeunte, causando-lhe ferimentos graves. Nesse caso, João conduzia o seu veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e, considerando que o condutor prestou pronto e integral socorro à vítima, é correto afirmar que João Grandão não será preso em flagrante e não responderá pelo crime, tendo em vista ter prestado o devido socorro à vítima.
- 120** Segundo estabelece a Lei n. 9.605/1998, os crimes contra a fauna e contra a flora terão suas penas aumentadas em metade quando praticados em unidade de conservação.



Aplicação: 2019
Cargo: Agente e Escrivão
Gabarito

Questão	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	E	E	E	E	E	C	C	C	E	E	E	C	C	E	C	E	E	C
Questão	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	E	E	E	C	E	C	E	E	E	C	E	E	C	E	C	C	E	E	E	C
Questão	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	E	C	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C	E	C	C	E	E	C	C	C
Questão	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	C	E	E	C	C	E	E	C	E	E	C	E	C	C	C	C	E	E	C
Questão	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	E	E	C	C	E	C	E	E	E	C	C	C	E	C	E	E	E	E	C
Questão	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	C	C	E	C	E	E	C	C	E	E	E	E	E	E	E	C	E	E



CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA****Texto Gran-PCDF2019A**

1 O golpe militar de 1964, autodenominado
Revolução Redentora, continua sendo um grande
trauma para a sociedade brasileira. Essa conclu-
são é óbvia, diante das declarações do presidente
5 Jair Bolsonaro e das “memórias” dos militares
nos quartéis. A principal razão é o fato de os pro-
tagonistas da crise que levou à destituição do
presidente João Goulart, à direita e à esquerda,
não terem feito a devida autocrítica. O primeiro
10 passo para isso seria admitirem que o golpe
poderia ter sido evitado, porque legitimar suas
causas justifica as terríveis consequências de 20
anos de ditadura.

15 Sim, havia um processo de radicalização
política em curso desde o suicídio de Getúlio
Vargas, em 1954. Com o interregno do governo
de Juscelino Kubitschek, que também enfrentou
ameaças de golpe, a crise se aprofundou, depois
da surpreendente renúncia de Jânio Quadros, em
20 1961. O vice-presidente eleito, João Goulart,
representava as forças que haviam apoiado o
general Henrique Teixeira Lott e foram derrotadas
nas eleições de 1960. Jango só tomou posse
porque houve uma ampla mobilização popular,
25 liderada por seu cunhado e então governador
gaúcho, Leonel Brizola, por meio de uma cadeia
de rádios, e mediante o compromisso de gover-
nar com o Congresso, que havia adotado o parla-
mentarismo como regime de governo. Esse era o
30 ponto de equilíbrio, fragilíssimo, que havia. O
plebiscito que restabeleceu o presidencialismo,
em 1963, rompeu-o irremediavelmente. Daí em
diante, a crise somente se aprofundou.

35 O golpismo faz parte da gênese da política
brasileira, desde a Constituição de 1824, outor-
gada por D. Pedro I, depois de fechar a Assem-
bleia Constituinte de 1823 a golpes de sabre, na
Noite da Agonia. É uma decorrência do fato de
que a formação do Estado nacional antecedeu à
40 própria nação. A ideia de que o Estado pode tudo
e cabe a ele promover as grandes transformações
econômicas e sociais está sempre acompanhada
da certeza de que a sociedade é atrasada e inca-
paz. No nosso caso, remonta aos 30 anos da
45 regência do Marquês de Pombal, no século XVIII,
e se tornou uma característica permanente da
vida nacional após a chegada da família real, com
D. João VI, em 1808.

Luiz Carlos Azedo, in *Correio Braziliense*,
31/3/2019, p. 4, com adaptações.

Levando em conta aspectos linguísticos e estruturais do **Texto Gran-PCDF2019A**, julgue os itens seguintes de 1 a 15 como Certo (C) ou Errado (E).

- 1 Os termos “dos militares” (L. 5) e “de Jânio Quadros” (L. 19) exercem, no contexto em que se inserem, a mesma função sintática e possuem valor semântico restritivo.

Certo.

O termo “dos militares” (L.5) exerce a função de adjunto adnominal para o substantivo “memórias”. Note o significado de que “os militares” praticam a ação da memória (nome). O sentido de praticar a ação do nome indica a função de adjunto adnominal.

O termo “de Jânio Quadros” (L. 19) exerce a função de adjunto adnominal para o substantivo “renúncia”. Note o significado de que “Jânio Quadros” pratica a ação da renúncia (nome). O sentido de praticar a ação do nome indica a função de adjunto adnominal. O adjunto adnominal possui valor semântico restritivo.

- 2 A referência do pronome demonstrativo “isso” (L. 10) pode ser localizada em trecho anterior do texto, e corresponde a “não terem feito a devida autocrítica”.

Errado.

Leiamos a frase das linhas 6 a 9. Essa frase informa que a razão de continuar o trauma do golpe é “não terem feito a devida autocrítica”. A frase seguinte inicia com o trecho “O primeiro passo para isso seria admitirem que o golpe poderia ter sido evitado”. Fica claro que se trata de dar o primeiro passo para **fazer a devida autocrítica**. Portanto, a referência do pronome “isso” é **fazer a devida autocrítica**. Porém, a questão afirmou que a referência era “**não** terem feito a devida autocrítica” [note o “não” em destaque].

- 3 Considerando as relações coesivas e morfossintáticas do texto, é coerente subentender o complemento nominal “do trauma” logo após “razão” (L. 6).

Errado.

A questão aborda análise gramatical e análise de significados e suas relações (coerência). Quanto à análise de significados e suas relações, a primeira frase do texto informa que “o golpe militar ... **continua** sendo um grande trauma para

a sociedade brasileira” [note o destaque]. Portanto, na linha 6, onde se lê “A principal razão...”, fica claro que se trata da razão da **continuação** do trauma. Existe diferença entre **(a)** “razão da continuação do trauma” e **(b)** “razão do trauma”. Em **(a)**, fica informada a **razão para continuar existindo trauma**, mas não fica informada a razão do trauma (a razão do trauma é o próprio golpe). Em **(b)**, fica informada a razão do trauma, mas a linha 6 mostra razão para continuação do trauma.

Quanto à análise gramatical, o termo “do trauma”, quando for escrito logo após “razão”, exerceria a função sintática de adjunto adnominal. Note o significado de posse (razão dele, razão do trauma). Ora, o significado de posse nos leva para a função sintática de adjunto adnominal, e não de complemento nominal.

- 4 A forma verbal impessoal (sem sujeito) “havia” ocorre nas linhas 14, 21, 28 e 30.

Errado.

Na linha 14, “havia” significa “existir”, então, de fato, é impessoal, fica sem sujeito. O mesmo fenômeno ocorre nas linhas 21 e 30. Porém, na linha 28, “havia” aparece como verbo auxiliar na locução verbal “havia adotado”, com sujeito explícito no texto: o pronome “que” (linha 28) referente ao Congresso (linha 28). Em “havia adotado”, temos o significado de “tinha adotado”.

- 5 Justifica-se a flexão de terceira pessoa plural em “admitirem” (L. 10) pelo fato de que essa forma verbal apresenta sujeito indeterminado no texto.

Errado.

A referência (sujeito no contexto) para a forma verbal “admitirem” (linha 10) é “os protagonistas da crise” (linhas 6-7). Então, a forma verbal “admitirem” possui sujeito elíptico/oculto/desinencial, mas não sujeito indeterminado.

- 6 A palavra “que” foi empregada com três diferentes classificações, respectivamente, nas linhas 10, 17 e 21, porém com a mesma classificação na linha 28 e nas duas ocorrências da linha 30.

Errado.

Não são três diferentes classificações da palavra “que”. São duas diferentes nas linhas 10, 17 e 21. Nas linhas 17 e 21, temos pronome relativo.

Na linha 10, temos conjunção integrante. Já nas linhas 28 e 30, ocorre apenas a classificação como pronome relativo.

- 7 O pronome “o” em “rompeu-o” (L. 32) refere-se a “parlamentarismo” (L. 28-29) e exerce função de complemento direto da forma verbal.

Errado.

O pronome pessoal oblíquo átono “o”, no trecho “rompeu-o”, realmente exerce a função complemento direto (objeto direto). Todavia, refere-se ao “ponto de equilíbrio fragilíssimo” (linha 30). Na linha 32, o trecho “rompeu-o” significa que “rompeu o ponto de equilíbrio”.

- 8 Entre as ocorrências do termo sintático conhecido como aposto, podem ser citadas no texto: Jair Bolsonaro (L. 5) e João Goulart (L. 20), mas não o trecho “no século XVIII” (L. 45).

Certo.

Nas linhas 4-5, o trecho “presidente Jair Bolsonaro” contém o aposto restritivo “Jair Bolsonaro”. Nas linhas 20-21, o trecho “O vice-presidente eleito, João Goulart, representava...” contém o aposto explicativo “João Goulart”. Já, nas linhas 44-45, o trecho “remonta aos 30 anos de regência do Marquês de Pombal, no século XVIII, e ...” contém o adjunto adverbial de tempo “no século XVIII”, referente à forma verbal “remonta”.

- 9 O trecho “O primeiro passo para isso seria admitirem que o golpe poderia ter sido evitado” (L. 9-11) pode ser reescrito, mantendo-se as relações coesivas e a correção gramatical, da seguinte forma:

Para isso, o passo inicial seria a admissão de que se poderia ter evitado o golpe.

Certo.

O trecho “Para isso” foi colocado no tópico da frase. Esta colocação manteve a relação coesiva com a frase anterior. A troca de “O primeiro passo” por “o passo inicial” conservou significados. A substituição de “admitirem que” por “admissão de que” preserva sentido e mantém correta a relação de regência (“admitirem” é verbo transitivo direto; e “admissão” é substantivo abstrato seguido de complemento nominal, por isso preposição obrigatória em “admissão de que”). Houve a transformação da voz passiva analítica em “que o golpe poderia ter sido evitado” para a voz passiva sintética em “que se poderia ter evitado o golpe”. Note-se também a

colocação correta do pronome oblíquo em próclise obrigatória: que se poderia (repare a palavra atrativa “que” antes do pronome “se”).

- 10 A locução verbal “havam apoiado” (L. 21) indica que o apoio recebido por Teixeira Lott se deu antes da derrota desse general. Tal anterioridade justifica o emprego do mais-que-perfeito composto “havam apoiado”.

Certo.

O pretérito mais-que-perfeito pode ser escrito na forma simples (apoiara) ou na forma composta (havia apoiado/tinha apoiado). O significado do mais-que-perfeito é mesmo fato passado anterior a outro passado. No texto, realmente, o apoio a Teixeira Lott antecede sua derrota na eleição. Então, justifica mesmo o emprego do mais-que-perfeito.

- 11 O emprego dos particípios “evitado” (L. 11), “derrotadas” (L. 22), “liderada” (L. 25), “outorgada” (L. 35-36) e “acompanhada” (L. 42) caracteriza, contextualmente, voz passiva verbal.

Errado.

A voz passiva verbal é formada essencialmente com verbo no particípio auxiliado pelo verbo “ser”. Isso ocorre nas linhas 11 (ter sido evitado), 23 (foram derrotadas), 25 (liderada – subentendendo-se a estrutura completa “que foi liderada”, com o agente da passiva “por seu cunhado”), 35-36 (outorgada – subentendendo-se a estrutura completa “que foi outorgada”, com o agente da passiva “por D. Pedro I”). Porém, na linha 42, “acompanhada” não se comporta como verbo, ou seja, não contém ideia de ação sofrida por um sujeito paciente – trata-se de um adjetivo na função de predicativo do sujeito (“A ideia”, na linha 40, é o sujeito de “está sempre acompanhada”; o verbo “está” é verbo de ligação; e “acompanhada” é predicativo do sujeito).

- 12 A reescrita de “a crise somente se aprofundou” (L. 33) como **a crise só foi aprofundada** traria prejuízo à correção gramatical e à coerência textual.

Errado.

O sujeito de “se aprofundou” é um ser inanimado: a crise. Sendo assim, esse sujeito não pratica ação. Apenas recebe ação. Por isso, temos voz passiva em “a crise somente se aprofundou”. Trata-se da voz passiva sintética. Ao transformar o trecho em voz passiva analítica, obtemos corretamente: a crise somente foi aprofundada. A questão substituiu

“somente” por “só” e, assim, preservou o significado. PORÉM, a questão afirmou que “traria prejuízo à correção gramatical e à coerência textual”. É mentira. Fica falso.

- 13 A referência do pronome demonstrativo “esse” (L. 29) é coerentemente localizada na ideia de adoção do parlamentarismo, expressa na linha precedente do texto.

Errado.

Vamos ler a frase completa a partir da linha 23 e perceber os trechos relevantes: “Jango só tomou posse PORQUE houve uma ampla mobilização (...) E MEDIANTE o compromisso de governar com o Congresso, que havia adotado o parlamentarismo...”. Repare que existe um paralelismo nas duas justificativas que permitiram a posse de Jango: PORQUE ... e MEDIANTE ... Por isso, quando a frase seguinte (linha 28) afirma “Esse era o ponto de equilíbrio fragilíssimo”, vamos entender que o ponto de equilíbrio referido como “esse” é “o compromisso (de Jango) de governar com o Congresso”. Repare que o mesmo equilíbrio (compromisso) foi rompido depois que o plebiscito (linha 31) restabeleceu o presidencialismo (fim do compromisso, fim do equilíbrio).

- 14 Pode-se reescrever o trecho “O vice-presidente eleito, João Goulart, representava as forças que haviam apoiado o general Henrique Teixeira Lott e foram derrotadas nas eleições de 1960” (L. 20-23), sem incorrer em transgressão gramatical, da seguinte maneira: **Derrotadas nas eleições de 1960, as forças pelas quais fora apoiado o general Henrique Teixeira Lott estavam representadas pelo vice-presidente João Goulart.**

Certo.

Note primeiro que a questão pede apenas a correção gramatical, e não os sentidos. Então, a questão pede uma forma correta de reescrever. O trecho “foram derrotadas nas eleições de 1960” passou para o início da frase, sem o verbo auxiliar – basta o particípio “derrotadas” para manter o sentido de voz passiva. A justificativa da vírgula após “1960”, na nova redação é justamente a inversão da oração subordinada adverbial “Derrotadas nas ... 1960”. O trecho “as forças que haviam apoiado o general Henrique Teixeira Lott” estava em voz ativa com locução verbal no pretérito mais-que-perfeito composto (havam apoiado). Esse trecho foi transformado em voz passiva analítica com pretérito mais-que-perfeito simples: o general **fora**

apoiado pelas forças. Foi empregado o pronome relativo “as quais” contraído com a preposição “por”, resultando em “pelas quais” para retomar “forças” na nova redação: “as forças pelas quais fora apoiado o general (...) estavam representadas pelo vice-presidente... Por fim, a nova redação “estavam representadas pelo vice-presidente João Goulart” consegue reescrever corretamente o original.

- 15 Na linha 6, a grafia **dos**, em lugar de “de os”, faria surgir um errôneo sujeito preposicionado.

Certo.

Nas linhas 6-9, o trecho “A principal razão é o fato de os protagonistas da crise (...) não terem feito a devida autocrítica” contém o sujeito “os protagonistas” para a forma verbal “terem”. Exatamente por ser sujeito, o texto original escreveu “o fato de os protagonistas”, com o sujeito separado da preposição “de”. Segundo a norma gramatical, a primeira palavra do sujeito não pode ser uma preposição. Por isso, fazendo a junção “dos”, aparecerá agora a nova redação “o fato **dos** protagonistas (...) terem”, com o sujeito preposicionado “dos protagonistas”. Ora, a questão afirmou mesmo que vai “surgir um **errôneo** sujeito preposicionado”. É verdade. O item está correto.

REDAÇÃO OFICIAL

Considerando a 3ª edição do **Manual de Redação da Presidência da República de 2018** (MRPR), julgue os itens seguintes.

- 16 O MRPR estabelece um padrão oficial de linguagem, o qual indica que os textos oficiais devem ser redigidos de maneira formal e impessoal.

Errado.

Lembre-se de que não existe um padrão oficial de linguagem. Há apenas orientações sobre a linguagem que devem ser adotadas. Por isso, o item está errado.

- 17 Como vocativo das comunicações destinadas a delegados de polícia, recomenda-se evitar o título acadêmico **Doutor** e usar o pronome **Senhor**.

Certo.

O Manual de Redação da Presidência da República (MRPR) afirma que doutor não é forma de tratamento, mas sim título acadêmico. Como regra geral, empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado.

- 18 O novo manual prevê o documento conhecido como ofício conjunto circular, que deve ser utilizado quando mais de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para um único órgão receptor.

Errado.

Tenha muito cuidado com esta situação. Observe o que diz a regra conforme o MRPR (2018):

OFÍCIO CIRCULAR ocorre quando um órgão envia o mesmo expediente para mais de um órgão receptor.

OFÍCIO CONJUNTO ocorre quando mais de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para um único órgão receptor.

OFÍCIO CONJUNTO CIRCULAR ocorre quando **mais** de um órgão envia, conjuntamente, o mesmo expediente para mais de um órgão receptor.

- 19 Na nova edição do MRPR, fica extinta a distinção dos documentos do padrão ofício e passa-se a utilizar o termo ofício nos três casos.

Errado.

Conforme o novo MRPR, não há mais aqueles três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma. Antes estudávamos o ofício, o aviso e o memorando; no entanto, com o advento do novo MRPR, passamos a utilizar o termo ofício para todas as três hipóteses.

- 20 Emprega-se o fecho *Atenciosamente* em comunicações oficiais dirigidas a autoridades de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.

Certo.

Conforme o MRPR, existem dois fechos adequados: *respeitosamente* e *atenciosamente*. Para autoridades superiores, inclusive o Presidente da República, dever-se-á usar o fecho *respeitosamente*. Enquanto, para autoridades de mesma hierarquia ou inferior, usar-se-á o fecho *atenciosamente*.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Um argumento constituído por uma sequência de três proposições – P1, P2 e P3, em que P1 e P2 são as premissas e P3 é a conclusão – é considerado válido se, a partir das premissas P1 e P2, assumidas como verdadeiras, obtém-se a conclusão P3, também verdadeira por consequência lógica das premissas. A respeito das formas válidas de argumentos, julgue o próximo item.

Considere a seguinte sequência de proposições

P1: Existem políticos que são psicólogos.

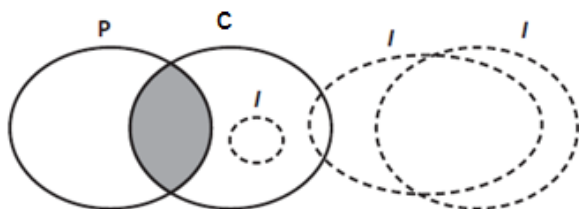
P2: Nenhum político é imprudente.

P3: Nenhum psicólogo é imprudente.

- 21 Nessas condições, é correto concluir que o argumento de premissas P1 e P2 e conclusão P3 é válido.

Errado.

Dadas as proposições categóricas P1, P2 e P3, temos os seguintes diagramas que as representam:



P: Político.

C: Psicólogos.

I: Imprudentes.

Segundo os diagramas acima, podemos inferir que P3 não é uma consequência das premissas P1 e P2, logo o argumento não é válido.

O conjunto imprudente pode ficar nas posições pontilhadas, o que não garante a verdade da conclusão.

Considere as proposições P, Q e R a seguir.

P: Se Joana é analista judiciária ou procuradora de justiça, então Jane foi aprovada em concurso público.

Q: Joana foi aprovada em concurso público.

R: Joana é analista judiciária ou procuradora de justiça.

- 22 Nesse caso, se P e Q forem V, então R também será V.

Errado.

Representando as proposições com seus respectivos operadores lógicos, temos:

$$\begin{array}{c}
 \text{V/F} \\
 \overbrace{P: (\text{Joana é analista judiciária} \vee \text{procuradora de} \\
 \text{justiça}) \rightarrow (\text{Jane foi aprovada em concurso público})}^{\text{V}} = \text{V} \\
 \text{Q: Joana foi aprovada em concurso público.} = \text{V}
 \end{array}$$

R: Joana é analista judiciária \vee procuradora de justiça. = V ou F

Podemos verificar que a verdade das premissas não garante a verdade da conclusão.

Julgue o item a seguir, relativo a raciocínio lógico.

- 23 Caso a proposição simples “Servidores públicos são idosos” tenha valor lógico falso, então o valor lógico da proposição “Servidores públicos são idosos, logo eles devem repousar” será falso.

Errado.

Temos um item que trata de aplicação de tabela-verdade. Vamos representar a proposição composta sabendo que o termo “logo” tem o mesmo significado de “então”.

P: Se servidores públicos são idosos, então eles devem repousar

Valorando os pensamentos, teremos:

P: Se servidores públicos são idosos (F), então eles devem repousar (V/F) será sempre verdadeiro.

Na tabela condicional, se o antecedente é falso e o consequente é (V/F), tem uma interpretação sempre verdadeira.

- 24 Representando por A e B as proposições “Mário tem tempo suficiente para estudar” e “Mário será aprovado nesse curso da Polícia Civil”, respectivamente, então a proposição “Mário ser aprovado nesse curso da Polícia Civil é condição necessária para que ele tenha tempo suficiente para estudar” é equivalente a $A \rightarrow B$.

Certo.

Essa questão exige do candidato uma interpretação quanto a linguagem da lógica formal, isto é, transcrever da linguagem natural para linguagem da lógica formal.

Temos que, no conectivo condicional, do antecedente para o consequente, uma condição suficiente; já no contrário, do consequente para o antecedente, temos uma condição necessária, desta forma o item está correto.

Considerando a proposição P: “Se Josias se dedicar o bastante, então alcançará o que desejar”, julgue o item a seguir.

- 25 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa por “Josias não se dedicou o bastante, mas, mesmo assim, alcançou o que desejava”

Errado.

Duas proposições compostas, uma será a negação da outra quando forem formadas pelas mesmas proposições simples e os resultados de suas tabelas-verdade forem contrários.

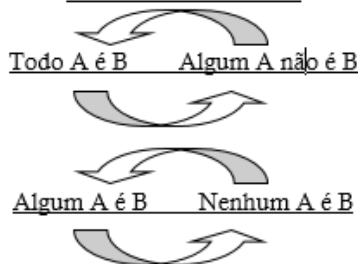
A negação da proposição condicional é: afirmar o antecedente e negar o consequente, isto é, “Josias se dedicou o bastante e não alcançou o que desejava”.

Considere a seguinte proposição: “Ninguém será considerado culpado ou condenado sem julgamento”. Julgue o item acerca dessa proposição.

- 26 A proposição “Alguém que será considerado culpado ou condenado sem julgamento” é uma proposição logicamente equivalente à negação da proposição acima.

Certo.

A negação da proposição “Ninguém será considerado culpado ou condenado sem julgamento” é dada por “Alguém será considerado culpado ou condenado sem julgamento”.

CONTRADITÓRIAS

- 27 Julgue o item a seguir acerca de contagens.

Em uma competição de tiro ao alvo, os julgamentos das provas são feitos em comissões compostas por 3 juízes de uma turma de 5 superiores. Nessa situação, a quantidade de maneiras diferentes de se constituírem essas comissões são superiores a 12.

Errado.

A questão indica a formação de comissões, na qual a ordem dos integrantes não altera a natureza da comissão. Sendo assim, trata-se de combinação.

$$C_{n,p} = \frac{n!}{(n-p)!p!} = \frac{5!}{(5-3)!3!} = \frac{5!}{2!3!} = \frac{5 \times 4 \times 3!}{2 \times 3!} = \frac{5 \times 4}{2 \times 1}$$

= 10 comissões distintas.

- 28 Uma mesa circular tem 8 lugares, que serão ocupados pelos 8 participantes de uma reunião. Nessa situação, o número de formas diferentes para

se ocupar esses lugares com os participantes da reunião é superior a 8000.

Errado.

Nesta questão, temos uma permutação circular:

$$P_8 = (8-1)! = 7! = 7 \times 6 \times 5 \times 4 \times 3 \times 2 \times 1 = 5.040.$$

- 29 Segundo o controle de qualidade de uma empresa vendedora de armas de fogo, a probabilidade de uma arma pistola ponto (.40) apresentar falha é de 0,10. Três pessoas compram uma pistola .40. A probabilidade de somente duas dessas pessoas terem comprado a arma com falha é superior a 0,03.

Errado.

Aplicando uma das propriedades de probabilidades, temos que, se para a arma apresentar falhas, $P(\text{Falha}) = 0,1$, logo de não apresentar falhas será $P(\text{Não ter Falha}) = 0,9$.

Comprador 1 Comprador 2 Comprador 3

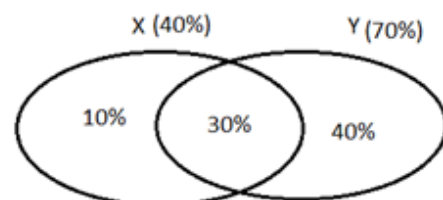
0,1	*	0,1	*	0,9	= 0,009
0,1	*	0,9	*	0,1	= 0,009
0,9	*	0,1	*	0,1	= 0,009

Somando as 3 probabilidades, $P = 0,027$.

- 30 A probabilidade da união de dois eventos, X e Y, é conhecida, sendo igual a 80%, enquanto a probabilidade da união de seus complementares é igual a 70%. Assim, se a probabilidade de X é igual a 40%, então $P(Y)$ é igual a 70%.

Certo.

Podemos responder essa por conjuntos, vejamos: Quando a questão afirmar que a probabilidade da união de seus complementares é igual a 70%, podemos inferir que 30% se encontra na interseção.



A questão pergunta $P(Y) = 70\% = 0,7$

- 31 Para uma população de 10 indivíduos suspeitos de terem cometido um crime, é retirada uma amostra de 3 indivíduos, sem reposição. Assim, o número de amostras possíveis é superior a 700.

Errado.

Para que possamos calcular o número de amostras simples, iremos calcular as possíveis combinações $C_{10,3}$ ou podemos resolver pelo princípio multiplicativo:

$$\frac{10}{3} \times \frac{9}{2} \times \frac{8}{1} = \frac{720}{6} = 120$$

- 32** Considerando como falsa a declaração: “Se eu não comer bolo de baunilha, então não comerei de flocos, mas comerei de chocolate”, a declaração “O cliente não comeu bolo de baunilha, mas comeu bolo de chocolate” será verdadeira.

Errado.

Importante ressaltar que a declaração é uma proposição conjuntiva, em que sua negação (contradição) é dada da seguinte forma: $P \wedge Q$ tem como negação $\sim P \vee \sim Q$.

Parece que o pensamento em seu todo é uma proposição condicional, porém não é, uma vez que temos dois pensamentos, sendo o primeiro condicional e o segundo uma proposição simples. Observe que a segunda vírgula dá uma pausa no primeiro pensamento.

Podemos representar a declaração “**Se eu não comer bolo de baunilha, então não comerei de flocos, mas comerei de chocolate**”.

P: Se eu não comer bolo de baunilha, então não comerei de flocos; P: 1º conjuntivo

Q: comerei de chocolate; Q: 2º conjuntivo.

Negação do 1º conjuntivo

$$[P \rightarrow Q] \rightarrow [P \wedge \sim Q]$$

“Se eu não comer bolo de baunilha, então não comerei de flocos” será “**Eu não comi o bolo de baunilha e eu comerei o de flocos**”

Negação do 2º conjuntivo

“Comerei de chocolate” será “**não comerei o de chocolate**”.

O cliente não comeu bolo de baunilha (V), mas (Λ) não comeu bolo de chocolate (V)

Considerando N como o conjunto dos números naturais, Z como o conjunto dos números inteiros, Q como o conjunto dos números racionais, R como o conjunto dos números reais e X^c como o complementar do conjunto X, julgue os itens acerca dos conjuntos numéricos, de suas operações, propriedades e aplicações, das operações com conjuntos e da compreensão das estruturas lógicas e dos respectivos diagramas.

- 33** O valor do item acerca dos conjuntos numérico $(\pi \in R) \wedge (\sqrt{3} \in Q)$ é V.

Certo.

Na lógica de Primeira Ordem, é importante conhecermos sobre Teoria de Conjuntos, uma vez que são utilizados os diagramas de Venn para representar os quantificadores lógicos. Torna-se necessário conhecer a linguagem matemática, ou seja, os símbolos e suas relações, assunto visto no primeiro capítulo deste livro.

Temos uma proposição condicional, onde iremos valorar o antecedente e o conseqüente, conforme as relações de pertinência dos elementos com os conjuntos apresentados. Vejamos:

Antecedente: $(-3 \in N) = F$ (números negativos não pertencem ao conjuntos dos números naturais)

Conseqüente: $(\pi \in R) \wedge (\sqrt{3} \in Q)$
 $(V) \wedge (F) = F$

O número π pertence ao conjunto dos números reais;

O número $\sqrt{3}$ não pertence ao conjunto dos números racionais.

O valor-verdade da expressão lógica $(-3 \in N) \rightarrow (\pi \in R) \wedge (\sqrt{3} \in Q)$ é V.

$F \rightarrow (V \wedge F)$

$F \rightarrow F = V$

- 34** $(N^c \cap Q^c) = (R - Z)$.

Errado.

Mais uma vez quero ressaltar a importância do conhecimento quanto à Teoria de Conjuntos, bem como a linguagem matemática, ou seja, os símbolos, relações e operações. Esses assuntos são vistos no primeiro capítulo deste livro.

Dada a igualdade $(N^c \cap Q^c) = (R - Z)$, iremos verificar se o primeiro membro corresponde ao segundo membro.

$(N^c \cap Q^c)$:

N^c significa o complementar do conjunto dos números naturais, ou seja, os conjuntos que complementam para se chegar ao universo, em outras palavras, o que falta para o meu todo.

$N^c: \{Z, Q, I \text{ e } R\}$

Q^c : significa o complementar do conjunto dos números racionais, ou seja, os conjuntos que complementam para se chegar ao universo, em outras palavras, o que falta para o meu todo.

$Q^c: \{I \text{ e } R\}$

Dessa forma temos: $(N^c \cap Q^c) = \{Z, Q, I \text{ e } R\} \cap \{I \text{ e } R\} = \{I \text{ e } R\}$

(R – Z):

Temos agora uma operação de diferença, ou seja, os elementos que pertencem a R que não pertencem a Z.

$$R = Q \cup I$$

$$Z = \{N, Z\}$$

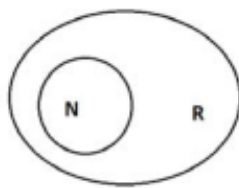
$$(R - Z) = \{Q \text{ e } I\}$$

Analisando a igualdade, temos:

$$(N^c \cap Q^c) = (R - Z).$$

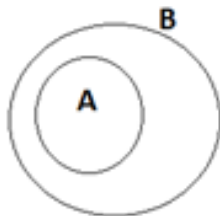
$\{I \text{ e } R\} \neq \{Q \text{ e } I\}$, ou seja, são diferentes e não iguais.

- 35 É correto afirmar que o diagrama abaixo representa corretamente a afirmação: “Se não é um número real, então não é um número natural”.

**Certo.**

o operador condicional “se..., então...” possui o mesmo diagrama do quantificador universal afirmativo, ou seja, uma relação de inclusão entre conjuntos.

A proposição $A \rightarrow B$ tem o mesmo significado para todo A é B. Vejamos o diagrama:

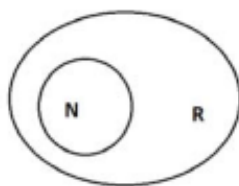


Agora podemos de uma maneira tranquila responder à questão que diz:

“Se não é um número real, então não é um número natural”.

Utilizando uma afirmação equivalente (contrapositiva) a essa:

“Se um número é natural, então ele é real”, onde podemos representar pelo seguinte diagrama:



INFORMÁTICA

Sobre conceitos de segurança da informação, julgue os itens 36 a 38.

- 36 De acordo com a cartilha de segurança do CERT.BR, a política de segurança define os direitos e as responsabilidades de cada um em relação à segurança dos recursos computacionais que utiliza e às penalidades as quais está sujeito, caso não a cumpra. É considerada como um importante mecanismo de segurança, tanto para as instituições como para os usuários, pois com ela é possível deixar claro o comportamento esperado de cada um. Desta forma, casos de mau comportamento que estejam previstos na política podem ser tratados de forma adequada pelas partes envolvidas.

Certo.

Definição exata sobre políticas de segurança de acordo com a Cartilha do Cert.BR.

- 37 A verificação ou autenticação em duas etapas (*two-factor authentication*, também chamada de aprovação de login, verificação ou autenticação em dois fatores ou, ainda, verificação ou autenticação em dois passos) adiciona uma segunda camada de proteção no acesso a uma conta, dificultando que ela seja indevidamente acessada, mesmo com o conhecimento da senha. É um recurso obrigatório, nas políticas de segurança, oferecido por diversos serviços de Internet, como Webmail, redes sociais, Internet Banking e de armazenamento em nuvem.

Errado.

O recurso não é obrigatório nas políticas de segurança. Muitos sistemas ainda não utilizam esse modelo de autenticação.

- 38 Suponha que se deseje implantar o esquema de acesso ao sistema da PCDF utilizando a autenticação baseada em dois fatores diferentes. Para tanto, os possíveis fatores são: PIN e frase de segurança.

Errado.

Existem três grupos de autenticação de usuários: aquilo que você é (biometria), aquilo que você possui (Token, assinatura digital, cartões de senhas...) e aquilo que você sabe (senhas, perguntas secretas, PIN, frases de segurança...).

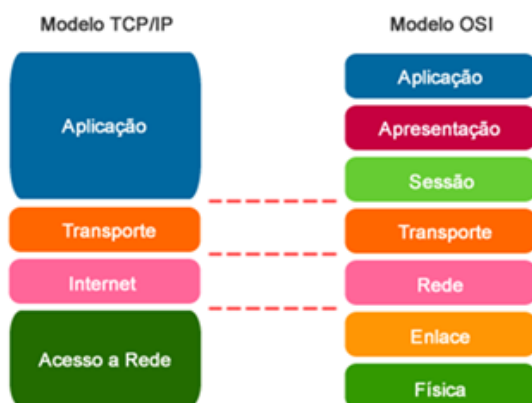
O item está pedindo dois fatores diferentes. E tanto PIN quanto a frase de segurança estão no mesmo fator.

Sobre conceitos relacionados a Internet, Intranet, Extranet e Navegadores, julgue os itens 39 a 43.

- 39 Apesar do modelo OSI e toda sua nomenclatura serem as referências para as redes, a arquitetura TCP/IP é a que foi realmente implementada e está em uso até os dias de hoje tanto nas redes internas (Intranets) como na Internet. O modelo OSI contempla 4 camadas, enquanto o modelo TCP/IP contempla 7 camadas.

Errado.

O modelo OSI contempla 7 camadas e o TCP/IP, 4. Veja:



- 40 A Intranet é uma rede de computadores que disponibiliza um conjunto de serviços análogo à Internet, também baseada na pilha de protocolos TCP/IP. Porém, a Intranet é restrita a uma instituição.

Certo.

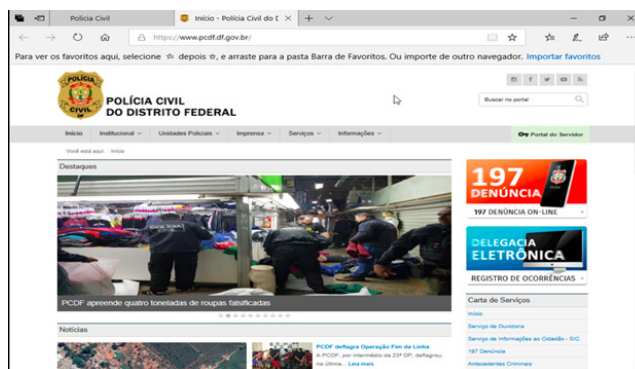
Conceito tradicional de uma Intranet.

- 41 Os cookies são programas, enviados pelo site ao navegador, na primeira vez que um internauta o visita. Em seu próximo acesso, o navegador reenvia os dados ao site para que suas informações sejam configuradas de forma automática.

Errado.

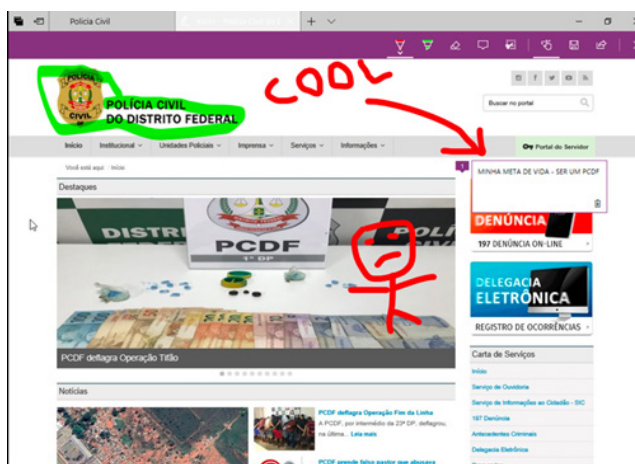
Cookies não são programas. São pequenos arquivos de texto.

- 42 O navegador que é apresentado na janela abaixo, MS-EDGE, irá substituir o I.E e está repleto de novos recursos. Um dos mais comentados é o Adicionar Anotações, que permite fazer anotações, escrever, rabiscar e realçar diretamente em páginas da Web.



Certo.

O recurso Adicionar Anotação permite fazer anotações, escrever, rabiscar e realçar diretamente em páginas da Web. Veja como ficou a página da PCDF:

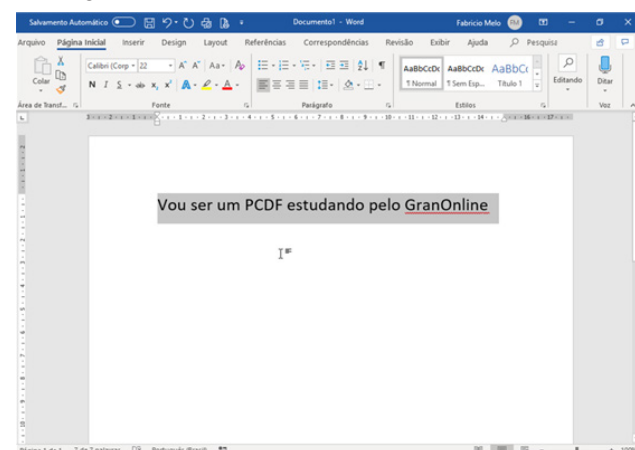


- 43 Uma VPN (rede pública construída sobre uma rede privada) é um túnel seguro entre dois ou mais dispositivos. As VPNs são usadas para proteger o tráfego web privado da espionagem, interferência e censura.

Errado.

VPN (rede privada construída sobre uma rede pública).

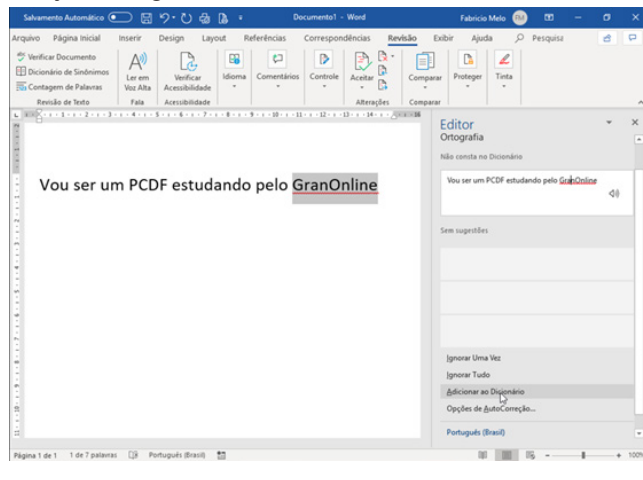
De acordo com a figura abaixo e os conhecimentos relacionados ao MS-WORD 2019/365, julgue os itens 44 e 45.



- 44** Na frase selecionada, GranOnline foi sublinhado em vermelho por ser um termo com erro ortográfico ou termo desconhecido. Para adicionar o termo GranOnline ao dicionário do Word, para não mais sublinhá-lo, é possível por meio da ferramenta Verificar Documento, encontrada na Guia Revisão, Grupo Revisão de Texto.

Certo.

Veja a imagem abaixo:

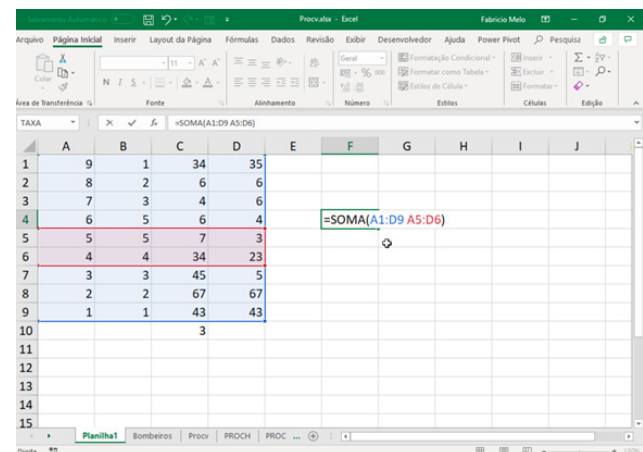


- 45** Os cabeçalhos e os rodapés são áreas nas margens superior e inferior de cada página em um documento. Você pode adicionar, editar ou excluir cabeçalhos e rodapés. Para inserir um cabeçalho no documento, é possível por meio da Guia Exibir, Grupo Cabeçalho e Rodapé, botão Cabeçalho.

Errado.

Cabeçalho e rodapé encontram-se na guia INSERIR.

De acordo com a figura abaixo e os conhecimentos relacionados ao MS-EXCEL 2019/365, julgue o item a seguir.

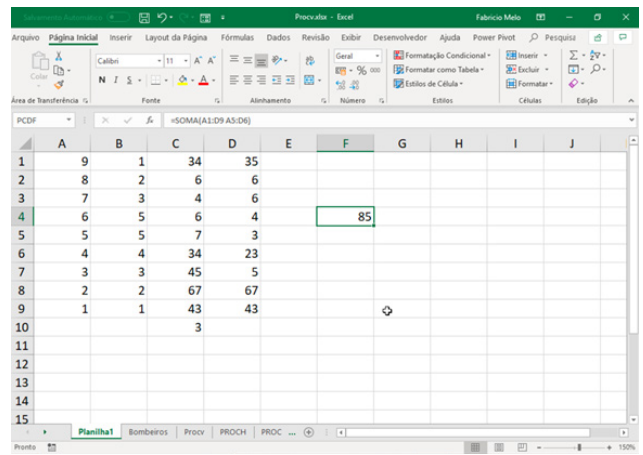


- 46** A fórmula digitada na célula F4 irá gerar o resultado 85.

Certo.

A fórmula abordada é a soma da interseção de A1 até D9 e A5 até D6. Irá somar apenas as células que se repetem (células em vermelho) nos dois intervalos dados.

De acordo com a figura a seguir e os conhecimentos relacionados ao MS-EXCEL 2019/365, julgue o item:



- 47** Na célula G1, ao digitar a fórmula: =PCDF+3, o resultado de G1 será um erro de valor, #NOME!.

Errado.

Observe que a célula selecionada (F4) está nomeada como PCDF (observe a caixa de nome na parte superior esquerda da janela). O Excel irá somar o 85+3, gerando como resultado: 88.

Sobre o Sistema Operacional Linux, julgue o próximo item.

- 48** Os arquivos e diretórios no sistema operacional Linux possuem atributos descritos conforme estrutura apresentada a seguir:

-	rwX	rwX	rwX
1	2	3	4

Nessa estrutura, os atributos de números 2 e 4 correspondem, respectivamente ao PROPRIETÁRIO (USER) e aos OUTROS (OTHERS).

Certo.

O número 1 (-) representa o tipo de arquivo (arquivo comum). O número 2 (rwX) representa as permissões do proprietário. O número 3 (rwX) representa as permissões dos grupos. O número 4 (rwX) representa os usuários comuns.

Sobre o Sistema Operacional Windows 10, julgue o item.

- 49 Caracteres como \ / : * ? “ < > | não podem ser utilizados nos nomes no Windows 10.

Certo.

Caracteres especiais ou curingas não podem ser utilizados na estrutura de nomes do Windows 10.

Sobre conceitos de Nuvem Computacional, julgue o item.

- 50 Análise de dados ou business intelligence são cenários comuns a PAAS (plataforma como serviço na nuvem).

Certo.

PaaS (plataforme as a service): utilizada principalmente pelos desenvolvedores. Disponibiliza-se uma plataforma (ambiente operacional) completa para que aplicativos e serviços possam ser desenvolvidos.

O BI é uma sigla que significa Inteligência de Negócios (Business Intelligence) ou inteligência empresarial por abranger todos os setores da empresa, desde o financeiro, o operacional, o comercial, até o marketing. BI é uma análise de dados em uma forma inteligente de otimizar falhas e manter o negócio em destaque.

BI em PAAS:

Após a configuração do ambiente, do acesso aos dados e também da criação da estrutura interna do BI, esta ferramenta permite agilizar a preparação de informações estratégicas necessárias para tomada de decisão por parte dos gestores. Abaixo, algumas características técnicas:

- Estrutura e organiza dados extraídos de diversos tipos de bases de dados, em ambientes distintos;
- Possibilita a compreensão dos resultados obtidos com foco no presente e série histórica;
- Provê indicadores estratégicos;
- Possibilita analisar os dados com o nível de detalhe desejado, partindo da visão executiva sumariada e aprofundando até a unidade mínima de informação disponível;
- Console (painel de indicadores de desempenho) "PLATAFORMA" customizado de acordo com as regras e as características de negócios do cliente.

LODF

Acerca da Lei Orgânica do Distrito Federal, julgue os itens a seguir:

- 51 Marcos, condenado em segunda instância por improbidade administrativa, pode ser nomeado para ocupar cargo de provimento comissionado no Distrito Federal.

Errado.

Art. 19 da LODF.

- 52 Aplica-se aos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, no que couber, a lei que trata de direitos e garantias dos servidores públicos civis do Distrito Federal.

Certo.

Trata-se de previsão expressa da LODF.

RIDE

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é o Conselho Administrativo da RIDE, criado pela Lei Complementar n. 94, de 19 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto n. 7469, de 04 de maio de 2011, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE. A respeito do COARIDE, julgue os itens a seguir.

- 53 Segundo a composição do COARIDE, o ministro do Desenvolvimento Social será o presidente do Conselho.

Errado.

Segundo a composição do COARIDE, o ministro do Desenvolvimento Regional será o presidente do Conselho.

- 54 As Atividades de Secretaria-Executiva do COARIDE são exercidas pela Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos da SUDECO.

Certo.

A Secretaria-Executiva é exercida pela SUDECO.

- 55 Compete ao COARIDE coordenar as ações da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que compõem a RIDE, visando ao desenvolvimento e à redução de suas desigualdades regionais.

Certo.

O COARIDE foi criado para atuar junto às três para combater as desigualdades regionais.

Em 1892, o Congresso aprovou a Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, formada pelo engenheiro belga Luís Cruls, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, e outros 21 membros, entre cientistas, técnicos e militares. Segundo um dos participantes, Floriano Peixoto lhes garantiu mudar a capital ainda em seu mandato (1891-1894), nem que tivesse de instalar o governo em barracas de campanha.

Essa 1ª Missão Cruls partiu do Rio de Janeiro em junho de 1892, repetindo exatamente o roteiro de Varnhagen, por ferrovia até Uberaba, no Triângulo Mineiro, ponto final dos trilhos da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro. Dali, seguiu a cavalo — com quase 10 toneladas de bagagens e equipamentos, em 200 baús de madeira — até Pirenópolis, Santa Luzia (Luziânia) e Formosa.

Após monumental coleta de informações, medições, levantamentos etc., ali lançou quatro marcos definindo uma área entre as três cidades — o retângulo Cruls, de 160 por 90 km — abrangendo nascentes das bacias dos maiores rios brasileiros.

<http://doc.brazilia.jor.br>

A respeito dos condicionantes físicos do Distrito Federal, julgue os itens abaixo.

- 56** A área geográfica do atual DF contempla, do ponto de vista hidrográfico, um tripartite divisor: o rio Maranhão, que se dirige para a bacia Tocantins-Araguaia; São Bartolomeu, direcionado para o São Francisco; e Preto, que corre para o Amazonas.

Errado.

A área geográfica do atual DF contempla, do ponto de vista hidrográfico, um tripartite divisor: o rio Maranhão, que se dirige para a bacia amazônica; São Bartolomeu, direcionado para o Prata; e Preto, que corre para o São Francisco.

- 57** O lago Paranoá foi idealizado no projeto do Plano Piloto de Lúcio Costa. Foi criado para umedecer uma boa parte da cidade e fornecer abastecimento hídrico para Brasília.

Errado.

O lago Paranoá foi idealizado pelo botânico francês Glaziou, ainda no final do século XIX, na Missão Cruls. Lúcio Costa aproveitou o lago Paranoá em sua escala bucólica.

- 58** O ponto mais alto do Distrito Federal é o Pico do Roncador, com 1.341 metros, localizado na Serra do Sobradinho, em Brazlândia.

Certo.

O ponto mais alto do DF está em Brazlândia.

De acordo com a configuração atual da RIDE/DF, julgue os itens abaixo:

- 59** Mimoso de Goiás e Água Fria de Goiás são municípios pertencentes à RIDE.

Certo.

Mimoso de Goiás e Água Fria de Goiás são municípios pertencentes à RIDE/DF.

- 60** Em 2018, doze novos municípios foram inseridos na RIDE.

Certo.

A Lei Complementar n. 163/2018 trouxe a inserção de doze novos municípios na RIDE/DF, sendo dez goianos e dois mineiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Acerca da segurança pública e das funções essenciais à justiça, julgue os itens que se seguem.

- 61** É válido dispositivo de Constituição Estadual que atribua foro especial a defensores públicos e a delegados de polícia.

Errado.

O STF, em 2019, entendeu que não cabe à Constituição Estadual estabelecer novos casos de beneficiários de foro especial além daqueles que

já constam na Constituição Federal. Assim, seria inconstitucional dispositivo de Constituição Estadual que conferisse foro especial para defensores públicos, procuradores de estado, procuradores de assembleia legislativa ou delegados de polícia.

- 62** Compete à Polícia Federal as atribuições de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

Certo.

Entre as atribuições da PF, descritas no artigo 144 da Constituição, está a de exercer as funções de

polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. O patrulhamento ostensivo de rodovias e ferrovias federais cabe, respectivamente, à PRF e à PFF.

- 63** A partir da EC n. 80/2014, os princípios institucionais da unidade, indivisibilidade e da independência funcional passaram a ser aplicáveis ao Ministério Público, à Advocacia Pública e à Defensoria Pública.

Errado.

Os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional regem o Ministério Público e a Defensoria Pública, não se estendendo à Advocacia Pública.

Considerando os direitos e deveres individuais e coletivos, bem assim a interpretação jurisprudencial, julgue os itens a seguir.

- 64** Embora não possa ser extraditado, brasileiro nato que pratique crime fora do país será submetido a julgamento perante a justiça brasileira, com competência dos juízes federais.

Errado.

Brasileiro nato que cometa crime fora do país realmente não pode ser extraditado pelo Brasil. No entanto, ele responderá em solo brasileiro com base no princípio da extraterritorialidade. O item se torna errado, porque a competência será da Justiça comum estadual, e não federal como constou.

- 65** O *habeas corpus* não é cabível quando a concessão da ordem depender de dilação probatória.

Certo.

Os remédios constitucionais não permitem dilação probatória. Exige-se prova pré-constituída meramente documental. É por isso que se fala em “via estreita” do writ.

Julgue os itens que se seguem a respeito da Administração Pública.

- 66** Servidor que ocupe exclusivamente cargo em comissão não se sujeita a aposentadoria pelas regras do regime próprio de previdência nem se submete ao limite de idade da aposentadoria compulsória.

Certo.

Os ocupantes de cargos em comissão, sem vínculo efetivo com a Administração, seguirão a aposentadoria pelo RGPS. Além disso, não incidirá o limite da aposentadoria compulsória, de modo que eles podem continuar no cargo em comissão até mesmo após os 75 anos.

- 67** Ato contra a probidade administrativa sujeita o servidor à perda da função pública e dos direitos políticos.

Errado.

O artigo 37, § 4º, da Constituição prevê quatro possíveis punições àqueles que pratiquem ato de improbidade administrativa, a saber, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, indisponibilidade de bens e ressarcimento ao erário.

Sobre as atribuições do Presidente da República e o Poder Legislativo, julgue os itens adiante apresentados.

- 68** A concessão de indulto, anistia e comutação é ato privativo do Presidente da República, não passível de delegação aos Ministros de Estado.

Errado.

Cabe ao Presidente da República a concessão de indulto, comutação e graça. A concessão de indulto e de comutação pode ser delegada aos Ministros de Estado, ao AGU e ao PGR. Anistia é dada pelo Poder Legislativo.

- 69** No mandato de Senador, ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Certo.

Item retirado da literalidade do § 2º do artigo 56 da Constituição.

Julgue o item seguinte sobre os direitos políticos.

- 70** São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Errado.

A inelegibilidade reflexa atinge cônjuge, companheiro e parentes consanguíneos ou afins, inclusive por adoção, dos Chefes do Executivo, até o segundo, e não terceiro grau como constou.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 71** As autarquias são pessoas jurídicas com capacidade de autodeterminação, patrimônio e receitas próprias, criadas por lei para o desempenho de atividades típicas do Estado, submetidas à autotutela da Administração Pública direta.

Errado.

Por serem integrantes da Administração indireta, as autarquias estão submetidas a um controle finalístico, e não hierárquico. Com isso, não há que se falar em autotutela, mas sim em tutela, também conhecida como supervisão ministerial.

- 72** O agente público que, atentando contra os princípios da Administração Pública, for condenado em ação de improbidade por ter deixado de praticar, indevidamente, ato de ofício estará sujeito à pena de suspensão dos direitos políticos pelo período de três a cinco anos.

Certo.

Nos termos do art. 12, III, da Lei n. 8.429/1992, o agente que for condenado pela prática de ato de improbidade que viole princípios da Administração Pública está sujeito às seguintes cominações: ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

- 73** Os requisitos fundamentais do ato administrativo, de acordo com a doutrina majoritária, são a forma, o objeto, a capacidade, o motivo e a finalidade.

Errado.

A doutrina majoritária do direito administrativo aponta como requisitos ou elementos indispensáveis a todos os atos administrativos a competência, a

finalidade, a forma, o motivo e o objeto. Atenção para não confundir competência com capacidade. A primeira se refere ao poder conferido ao agente para desempenhar suas funções. A segunda representa apenas um dos aspectos internos da competência e está associada à capacidade física e mental para desempenhar o cargo. Assim, é possível dizer que todos que possuem competência também possuem capacidade, no entanto não basta ter capacidade para ter competência.

- 74** Caso um ato administrativo seja considerado ilegal, impõe-se a sua extinção, por meio da anulação, que poderá ser praticada de ofício pela própria Administração, no exercício da autotutela, ou pelo Poder Judiciário, quando devidamente provocado.

Certo.

Quando se fala em controle dos atos administrativos, a anulação é a forma de extinção de atos que possuem alguma ilegalidade. Não se admitiria nesse caso a revogação, que é utilizada apenas em situações de controle de conveniência e oportunidade. A anulação tanto poderá ser declarada administrativamente (por provocação ou de ofício) quanto judicialmente (apenas quando provocado, razão do princípio da inércia).

- 75** O poder conferido à Administração para restringir, frenar, condicionar, limitar o exercício de direitos e atividades econômicas dos particulares, a fim de preservar os interesses da coletividade, denomina-se poder de polícia.

Certo.

O poder de polícia administrativa é atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

- 76** A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo é subjetiva, cabendo ao particular, que foi a vítima, comprovar a culpa ou o dolo na conduta do Estado.

Certo.

Embora a regra seja a adoção da responsabilidade objetiva, no caso de condutas omissivas, adota-se, em regra, a responsabilidade subjetiva, que exige a comprovação, por parte da vítima, de um dos elementos subjetivos da conduta (dolo ou culpa).

- 77 Pela teoria do risco integral, adotada em situações específicas, o Estado fica obrigado a reparar todo e qualquer dano, independentemente de a vítima ter concorrido para o seu aperfeiçoamento.

Certo.

A regra geral no direito administrativo é a aplicação da teoria do risco da administração, que admite a incidência de causas excludentes ou atenuantes da responsabilidade do Estado. No entanto, em casos especiais, como, por exemplo, danos nucleares, danos ambientais e atos terroristas, haverá a adoção da teoria do risco integral, que não admite excludentes ou atenuantes como a culpa da vítima, caso fortuito ou força maior.

- 78 Havendo compatibilidade de horários, para um ocupante de cargo efetivo que esteja em atividade será permitida a acumulação remunerada com outro cargo de natureza eletiva.

Errado.

A acumulação de cargos, em regra, é proibida pela Constituição Federal. No entanto, em certos casos, a CF autoriza a acumulação, mas sempre condicionada a compatibilidade de horários. Em relação à acumulação com cargo eletivo, a CF apenas autoriza a acumulação com o cargo de vereador, e não com qualquer cargo eletivo. Caso o servidor já estivesse aposentado, aí sim seria possível a acumulação com qualquer cargo eletivo.

- 79 A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo de competência exclusiva do Congresso Nacional.

Errado.

Nos termos do art. 70 da CF/1988, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da Administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle

externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Já o art. 71 dispõe que o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Observa-se assim que não se trata de competência exclusiva do Congresso Nacional, que está prevista no art. 49 da CF/1988.

- 80 A modalidade convite é utilizada entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de três pela unidade administrativa, cujo instrumento convocatório será fixado em local apropriado, para que se possibilite a participação de interessados não convidados.

Certo.

A Lei n. 8.666/1993 admite a participação ao convite de duas formas: primeiro, aos que são convidados por meio da carta-convite; segundo, aos cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

DIREITO PENAL (GERAL)

De acordo com as disposições do Código Penal, do entendimento doutrinário dominante e do entendimento jurisprudencial, julgue as assertivas.

- 81 No crime de autoaborto ou aborto consentido pela gestante (art. 124, CP), admite-se o concurso de agentes.

Certo.

Embora no crime de autoaborto, por ser de mão própria, não se admita a coautoria, é admitida a participação.

- 82 Quando o agente, depois de iniciar a execução de um delito, desiste prosseguir por vontade própria, estaremos diante da desistência voluntária e o agente responderá somente pelos atos já praticados, ou seja, pela tentativa do delito.

Errado.

A desistência voluntária e o arrependimento eficaz são institutos que impedem a responsabilização pela tentativa.

- 83 Em relação à inimizabilidade, prevista no artigo 26 do Código Penal, foi adotado o critério biológico.

Errado.

O artigo 26 trata da inimizabilidade dos doentes mentais (critério biológico), que somente serão considerados inimputáveis se não entenderem o caráter ilícito do fato ou não se determinarem de acordo com esse entendimento (critério psicológico), ou seja, o critério adotado foi o biopsicológico.

- 84 A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que a lei posterior seja mais benéfica.

Certo.

Conforme determina o artigo 3º do Código Penal, a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, sendo que essa regra excepciona, inclusive, a retroatividade de lei benéfica.

- 85 Caso um dos agentes queira praticar somente o crime menos grave, responderá por este. Será responsabilizado no crime mais grave, caso tenha sido previsto o resultado agravador e o agente aceite esse resultado.

Certo.

Trata-se do instituto da cooperação dolosamente distinta (art. 29, § 2º, CP). O agente responderá pelo crime menos grave, caso queira participar somente deste; essa pena do crime menos grave será aumentada de metade, em sendo previsível o crime mais grave. Agora, tendo previsão do crime mais grave, o agente será responsável por ele.

- 86 Prevalece que, em relação à participação, foi adotada a teoria da acessoriedade limitada, ou seja, a punição da participação pressupõe a prática de fato típico, ilícito e culpável.

Errado.

Conforme a teoria da acessoriedade limitada, a punição do partícipe pressupõe a prática de fato típico e ilícito, somente.

- 87 Em relação à embriaguez preordenada, foi adotada a teoria da *actio libera in causa*.

Certo.

Em relação à responsabilização pela embriaguez (embriaguez voluntária, culposa ou preordenada), foi adotada a teoria da *actio libera in causa* (ação livre na causa).

- 88 O erro de proibição inescusável é uma dirimente.

Errado.

O erro de proibição inescusável é uma causa de diminuição de pena. O erro de proibição escusável que é dirimente.

DIREITO PENAL (ESPECIAL)

Texto referente às questões 89 a 91.

Junior Pereira, maior imputável, com arma em punho e mediante grave ameaça, restringiu a liberdade de Camila Cardoso e determinou que ela lhe entregasse seu cartão de crédito com a senha, o que foi prontamente obedecido. Todavia, após restringir a liberdade da vítima, Junior Pereira efetuou um disparo contra a cabeça dela, vindo a matar Camila Cardoso. A investigação realizada pela Polícia Civil logrou êxito em prender o criminoso.

Com base nessa situação, julgue cada item:

- 89 Junior Pereira praticou o crime de roubo com resultado morte, também conhecido como latrocínio.

Errado.

O crime praticado é o de restrição de liberdade com resultado morte (art. 158, § 3º, CP).

- 90 O crime praticado por Junior Pereira é considerado hediondo, de acordo com a Lei n. 8.072/1990.

Errado.

O crime praticado é o de extorsão com restrição de liberdade com resultado morte (art. 158, § 3º, CP). Não há previsão de sua hediondez na Lei n. 8.072/1990.

- 91 Suponha que Junior Pereira também tivesse subtraído o veículo automotor da vítima e o tivesse vendido a Lucas Silva, dono de uma mecânica, que sabe se tratar de produto de crime. Em relação a Junior, essa situação caracteriza mero exaurimento do crime anteriormente praticado. Por outro lado, Lucas Silva praticou o delito de receptação qualificada.

Certo.

Art. 180, § 1º, CP.

- 92** Fernando comete o crime de roubo com uma arma de fogo desmuniada. Assim, em face da ausência de potencialidade lesiva da arma de fogo utilizada na empreitada criminosa, Fernando deve ser responsabilizado pelo roubo simples, e não por roubo circunstanciado (majorado).

Certo.

Vide o seguinte julgado do STJ: "IX – A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que a utilização de arma desmuniada, como forma de intimidar a vítima do delito de roubo, caracteriza o emprego de violência, porém não permite o reconhecimento da majorante de pena, uma vez que está vinculada ao potencial lesivo do instrumento, dada a sua ineficácia para a realização de disparos. Todavia, "se o acusado sustentar a ausência de potencial lesivo da arma empregada para intimidar a vítima, será dele o ônus de produzir tal prova, nos termos do art. 156 do Código de Processo Penal." HC 467877/SP, julgado em 21/06/2018.

- 93** Mário, indignado com seu irmão gêmeo, Mauro, desfere socos na face deste com a finalidade de gerar lesões corporais. Nesta situação, apesar de não mais residirem na mesma casa, deve Mário ser responsabilizado por lesão corporal em contexto de violência doméstica.

Certo.

Vide art. 129, §9º, CP.

- 94** Pratica falsidade ideológica (art. 299, CP) o agente que insere informação falsa em currículo *Lattes* com a intenção de obter respeito e vantagem em emprego ou função.

Errado.

Currículo *Lattes* não possui a qualidade de documento e está sujeito a verificação posterior. Assim, segundo o STJ (RHC 81.451/RJ, julgado em 22/08/2017), a conduta de inserir informação falsa em currículo *Lattes* é atípica.

- 95** Configura o crime de adulteração de sinal identificador de veículo automotor a conduta de colocar fita adesiva na placa do carro.

Certo.

Vide o seguinte julgado do STJ: "A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a norma contida no art. 311 do Código Penal busca resguardar a autenticidade dos sinais identificadores dos veículos automotores, sendo, pois, típica, a simples conduta de alterar,

com fita adesiva, a placa do automóvel, ainda que não caracterizada a finalidade específica de fraudar a fé pública". (STJ, AgRg no REsp 1327888/SP, julgado em 03/03/2015)

- 96** Depositário judicial que se apropria indevidamente de bem móvel, do qual tem a posse em razão do *múnus* público exercido, pratica o crime de peculato.

Errado.

Responderá por apropriação indébita, uma vez que depositário judicial não é considerado funcionário público para fins penais. STJ, HC 402949-SP, julgado em 13/03/2018 (Info n. 623).

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Quanto ao tempo de prisão domiciliar, Lei de Execução Penal e inquérito policial, julgue os itens a seguir:

- 97** Admite-se a prisão domiciliar no CPP no caso de o agente ser maior de 70 anos.

Errado.

Não se pode confundir a prisão domiciliar do CPP com a da LEP, havendo diferenças. No CPP, maior de 80 anos; na LEP, de 70 anos.

- 98** O indiciamento é atribuição exclusiva do delegado de polícia, não sendo possível que o juiz nem o promotor de justiça o determinem. A exceção fica por conta de ordem de indiciamento proveniente de Ministro do STF, caso em que o delegado deverá cumpri-la.

Errado.

Trata-se de atribuição exclusiva do Delegado de Polícia, sujeita a seu grau de convencimento.

- 99** Para os Tribunais de sobreposição, é cabível o desarquivamento de inquérito policial quando a sua causa determinante se tratou de excludente de ilicitude.

Errado.

Há divergência. Para o STF, é possível desarquivar. Para o STJ, não, pois se fez coisa julgada material.

- 100** A participação de magistrado em julgamento de caso em que seu pai já havia atuado é causa de nulidade absoluta, prevista no art. 252, I, do CPP.

Certo.

Trata-se de recente entendimento divulgado pelo STF no Informativo n. 940.

Art. 252. O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que:

I – tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.

- 101** O indulto extingue os efeitos penais primários e secundários da condenação.

Errado.

Trata-se de entendimento já consolidado e que foi expresso na nova súmula do STJ de n. 631: O indulto extingue os efeitos primários da condenação (pretensão executória), mas não atinge os efeitos secundários, penais ou extrapenais.

- 102** João confessou ser usuário de drogas em audiência de instrução de processo criminal em que se apura tráfico ilícito de drogas por ele, em tese, praticado. Nesse caso, como a acusação é de tráfico de drogas, caso condenado, não fará jus à atenuante da confissão espontânea, já que confessou outro fato (porte de drogas para consumo pessoal).

Certo.

Trata-se também de novidade sumular do STJ de n. 630, *in verbis*: “A incidência da atenuante da confissão espontânea no crime de tráfico ilícito de entorpecentes exige o reconhecimento da traficância pelo acusado, não bastando a mera admissão da posse ou propriedade para uso próprio.”

- 103** “A”, policial militar, foi designado para atuar como agente de inteligência (à paisana, portanto) nas manifestações a respeito das eleições. Durante sua investigação, fez amizades com diversos membros, participou de grupos de WhatsApp e de diversas reuniões, possibilitando, assim, a obtenção de um maior número de informações a fim de subsidiar o projeto de segurança de governo. Ainda, identificou-se a líder do grupo que, após alguns dias, foi presa com base nesses elementos por ele angariados. Tais elementos obtidos são ilícitos, pois, para infiltração de agente policial, é necessária autorização judicial.

Certo.

Para ser agente de inteligência, não se exige autorização judicial. Todavia, como atuou além das suas funções, em nítida demonstração de infiltração, transmutou-se de agente de inteligência para agente infiltrado, técnica que, como se sabe, exige autorização judicial. Esse fato foi divulgado no Informativo n. 932 do STF.

- 104** No caso de processo penal que tramita sob sigredo de justiça em razão da qualidade da vítima (criança ou adolescente), o nome completo do acusado e a tipificação penal podem constar entre os dados básicos do processo disponibilizados para consulta livre no site eletrônico do Tribunal, ainda que os crimes se relacionem com pornografia infantil.

Certo.

Trata-se de entendimento do STJ pouco conhecido no mundo jurídico. Mas, aqui, no @grancursosonline, você é treinado para qualquer desafio. Memorize esse entendimento decidido no RMS 49920/SP – 5ª Turma do STJ do dia 02/08/2016.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

No que se refere ao regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal (DF) e ao desmembramento e reorganização da carreira policial civil do DF, julgue os itens subsequentes.

- 105** Atualmente, a PCDF é composta por duas carreiras: a Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal (composta dos cargos de Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial, Agente de Polícia e Agente Policial de Custódia) e a Carreira de Autoridades Superiores da PCDF (composta dos cargos de Delegado de Polícia, Perito Criminal e Perito Médico-Legista).

Errado.

Atualmente, a PCDF é composta pelas seguintes carreiras: **Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal** e **Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal** (art. 1º da Lei n. 9.264/1996). Não existe a “Carreira de Autoridades Superiores da PCDF”.

- 106** Mediante designação do Diretor-Geral, os servidores ocupantes dos cargos de Agente Policial de Custódia passam a ter lotação e exercício nas unidades que compõem a estrutura orgânica da Polícia Civil do Distrito Federal.

Certo.

Art. 3º-A da Lei n. 9.264/1996.

Para compreender bem as disposições trazidas na legislação específica da PCDF sobre o cargo de Agente Policial de Custódia, é preciso fazer uma rápida contextualização. O cargo nasceu sob a denominação de Agente Penitenciário da PCDF e as suas atribuições eram exercidas nas dependências do sistema penitenciário do DF. Em uma transição bastante lenta, esculpida por diversas normas jurídicas e decisões judiciais, o esforço foi no sentido de afastar os então Agentes Penitenciários dos presídios e aproximá-los da estrutura orgânica da PCDF. Com a publicação da Lei n. 13.064/2013, os Agentes Penitenciários da PCDF tiveram sua nomenclatura alterada para **Agente Policial de Custódia e seu exercício e lotação passaram a ser nas unidades que compõem a estrutura orgânica da PCDF, mediante designação do Diretor-Geral** (art. 3º-A), atuando conforme suas atribuições próprias estabelecidas no regimento interno (art. 3º-A, § 2º).

- 107** O ingresso na Carreira de Delegado de Polícia do Distrito Federal dar-se-á mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito e, no mínimo, 3 (três) anos de atividade jurídica ou policial, comprovados na data da inscrição no concurso.

Errado.

O momento oportuno para apresentação dos requisitos de ingresso na carreira de Delegado de Polícia é **no ato da posse**, conforme estabelece o art. 5º, § 1º (*in fine*), da Lei n. 9.264/1996.

- 108** Poderá ser autorizada a cessão do servidor da PCDF à Presidência da República para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, ainda que o servidor não tenha cumprido estágio probatório.

Errado.

É vedada a cessão de servidor que não tenha cumprido o estágio probatório (art. 12-B, § 1º, da Lei n. 9.264/1996).

- 109** O Decreto n. 59.310/66, que dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Cíveis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, estabelece hipóteses em que será permitido que a posse seja realizada mediante procuração.

Certo.

A posse poderá ser realizada mediante procuração em duas circunstâncias (art. 16 do D. 5.9310/1966):

- a) Funcionário ausente do país em comissão do Governo;
- b) Casos especiais, a juízo da autoridade competente.

Chamo a atenção aos casos elencados acima nos quais é possível a posse por procuração. A Lei n. 8.112/1990 exige apenas uma procuração específica para autorizar a posse, não elencando hipóteses de cabimento. Esses detalhes podem ser explorados pelo seu examinador, na intenção de confundir o candidato. Fique atento, então, ao comando da questão para saber como responder.

- 110** É dever do servidor submetido ao Regime Jurídico Peculiar frequentar com assiduidade, para fins de aperfeiçoamento e atualização de conhecimentos profissionais, cursos instituídos periodicamente pela Academia Nacional de Polícia, em que seja compulsoriamente matriculado.

Certo.

Art. 363, XIII, do Decreto n. 59.310/66. O servidor matriculado compulsoriamente em curso na ANP possui o dever de frequentá-lo. Ainda, caso falte ao curso, essa falta equivalerá a ausência ao serviço, salvo se devida a motivo justo, comunicado e inequivocamente evidenciado nas 24 horas imediatamente seguintes, através de prova idônea.

- 111** É direito subjetivo do servidor permutar o serviço, o que poderá se dar mesmo sem expressa permissão da autoridade competente.

Errado.

Decreto n. 59.310/66, Art 364. São transgressões disciplinares: (...) XXXI – permutar o serviço **sem expressa permissão da autoridade competente**;

- 112** A transgressão disciplinar também prevista em lei como ilícito penal prescreverá sempre em cinco anos.

Errado.

Art. 391, Parágrafo único, do Decreto n. 59.310/1966: A transgressão também prevista em lei como ilícito penal prescreverá juntamente com este.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Quanto à Lei n. 7.716/89, responda as duas questões a seguir:

- 113** Para que um fato seja considerado crime de racismo, deve, além de outras circunstâncias, referir-se a cor, raça, etnia, religião ou procedência nacional. Dessa forma, se um indivíduo proibir outro de almoçar em seu restaurante pelo simples fato de ser homossexual, o fato é atípico.

Errado.

O STF, em recente julgamento, entendeu que a discriminação por orientação sexual, a exemplo da homofobia, receberá a proteção legal igual à do crime de racismo. Assim, o STF, inclusive, criou novo caso de imprescritibilidade.

- 114** Juninho, diretor de escola, ateu, proibiu que nela se matriculasse um adolescente de 17 anos de idade, em razão de ser frequentador assíduo da Igreja Católica. Nesse caso, apesar de cometer o crime de racismo, Juninho terá direito a uma causa de diminuição de pena em razão de a vítima não ser maior de 18 anos.

Errado.

Ao contrário, trata-se de causa de aumento de pena. Lembre-se: apenas o tipo penal que se refere “ao ensino” tem previsão de causa de aumento na Lei n. 7.716/1989.

Art. 6º Recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau.

Pena: reclusão de três a cinco anos.

Parágrafo único. Se o crime for praticado contra menor de dezoito anos, a pena é agravada de 1/3 (um terço).

No que se refere à Lei de Drogas (11.343/2006), julgue os casos seguintes:

- 115** O porte de drogas para consumo pessoal não foi descriminalizado, sendo capaz de gerar reincidência.

Errado.

Apesar de não ter sido descriminalizado, não tem força para gerar a reincidência. Atenção!!!! Houve mudança de entendimento. Há pouco tempo, entendia-se que, sim, gerava reincidência!

- 116** A importação de maconha, para o STF, é fato atípico.

Errado.

Atenção na leitura! Se o nosso aluno conhecesse o julgamento do STF que previu a atipicidade da importação de SEMENTE de maconha, poderia errar a questão lendo a palavra “semente”, que não foi citada. Veja: na questão, afirma-se apenas e tão somente que a importação de maconha é fato atípico. Ora, sim, perfeitamente!

Sobre a Lei n. 8.072/1990, responda os itens a seguir:

- 117** Todos os crimes hediondos, constantes da Lei n. 8.072/1990, estão no Código Penal.

Errado.

Há 2 crimes fora do CP: porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (art. 16 da Lei n. 12.826/2003) e genocídio (Lei n. 2.889/1956).

- 118** Todos os crimes hediondos admitem prisão temporária, ainda que não constem do rol da Lei n. 7.960/1989. Nesse caso, o prazo será de até 30 dias, prorrogáveis por igual período, em caso de extrema e comprovada necessidade. Ressalte-se que, antes de decidir sobre a prisão temporária por representação do delegado de polícia, o juiz deverá obrigatoriamente ouvir o Ministério Público.

Certo.

Questão complexa! Se acertou, parabéns! Envolveu vários conhecimentos mixados da Lei n. 8.072/1990 com a Lei n. 7.960/1989, a saber: a) todos os crimes hediondos admitem prisão temporária; b) o prazo será de até 30 dias prorrogável por igual período; c) há previsão expressa de que o juiz deverá ouvir o MP antes de decretar a prisão temporária, no caso de representação do delegado de polícia.

No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética de crime de trânsito, seguida de uma assertiva a ser julgada, com base no disposto na Lei n. 9.503/1997 – Código de Trânsito Brasileiro.

- 119** Dirigindo seu veículo automotor, João Grandão, totalmente embriagado, atropelou um transeunte, causando-lhe ferimentos graves. Nesse caso, João conduzia o seu veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e, considerando que o condutor prestou pronto e integral socorro à vítima, é correto afirmar que João Grandão não será preso em flagrante e não responderá pelo crime, tendo em vista ter prestado o devido socorro à vítima.

Errado.

De acordo com o artigo 301 do CTB: “Ao condutor de veículo, nos casos de acidentes de trânsito de que resulte vítima, não se imporá a prisão em flagrante, nem se exigirá fiança, se prestar pronto e integral socorro àquela.” Contudo, ele responderá pelo crime tipificado no artigo 303 do CTB, com pena prevista de reclusão de 02 a 05 anos, por estar com a capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool e ter causado lesão corporal grave na vítima.

Art. 303. Praticar lesão corporal culposa na direção de veículo automotor:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) à metade, se ocorrer qualquer das hipóteses do § 1º do art. 302. *(Renumerado do Parágrafo único pela Lei n. 13.546, de 2017)*

§ 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima. *(Incluído pela Lei n. 13.546, de 2017)*

- 120** Segundo estabelece a Lei n. 9.605/1998, os crimes contra a fauna e contra a flora terão suas penas aumentadas em metade quando praticados em unidade de conservação.

Errado.

A causa de aumento é restrita ao crime previsto no art. 29 da lei. *Vide* § 4º do citado artigo.